



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO

BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1964

APRESENTADO A SUA EXCELENCIA O SENHOR
DOUTOR **MIGUEL MEIRELLES**, DIGNÍSSIMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FA-
ZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ESTADO,
DR. **WALDIR COMERLATO**.

1965

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"
Porto Alegre



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA
CONTADORIA GERAL DO ESTADO



BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE
1964

APRESENTADO A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
DOUTOR **MIGUEL MEIRELLES**, DIGNÍSSIMO
SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FA-
ZENDA, PELO CONTADOR GERAL DO ESTADO,
DR. **WALDIR COMERLATO**.

1965

EDITORA MERIDIONAL "EMMA"
Porto Alegre

ÍNDICE

Apresentação	11
Despesas Autorizadas e Recursos Financeiros	13-20
Balanço Financeiro	21-54
Execução do Orçamento	21-39
Análise da Receita	23-33
Impostos	23
Taxas	25
Receita Patrimonial	28
Receita Industrial	29
Transferências Correntes	30
Receitas Diversas	31
Receitas de Capital	32
Por Exatoria	33
Análise da Despesa	33-39
Confronto da Despesa Fixada com a Realizada	36
Evolução da Despesa	38
Operações Extra-orçamentárias	39-48
Receita Extra-orçamentária	40
Despesa Extra-orçamentária	44
Análise do Resultado Financeiro do Exercício	48
Demonstração da Execução Orçamentária segundo as Categorias Eco- nômicas	53
Balanço Patrimonial	55-71
Ativo do Estado	57-60
Ativo Financeiro	57
Ativo Permanente	59
Dívidas do Estado	61-71
Dívida Fundada Externa	64
Dívida Fundada Interna	64
Dívida Flutuante	68
Demonstração das Variações Patrimoniais	73
Apuração do Descoberto Financeiro em 31/12/64	77
Considerações finais	89

Volume I - BALANÇO GERAL DO ESTADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	93
BALANÇO FINANCEIRO	94 e 95
Modêlo Padrão	94
Análise do Modêlo Padrão	95
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	96 a 124
Demonstração da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	96
Receita	97 a 101
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	97 e 98
Demonstração da Receita por Estação Arrecadadora	99 a 101
Despesa	102 a 124
Demonstração da Despesa pelas Funções segundo as Categorias Econômicas	102 a 104
Demonstração da Despesa pelas Categorias Econômicas segundo as Funções	105 e 106
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Categorias Econômicas	107 a 109
Demonstração da Despesa pelas Unidades Orçamentárias segundo as Funções	110 a 113
Créditos Especiais e Extraordinários segundo os respectivos Recursos Financeiros	114 a 124
BALANÇO PATRIMONIAL	125
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	126 a 128
Modêlo Padrão	126
Análise do Modêlo Padrão	127 e 128
ANÁLISE DO ATIVO	129 a 141
Financeiro	129 a 139
Disponível	129 a 132
Caixa Geral	129
Bancos	129 e 130
Exatores	130 e 131
Remessa de Exatores	132
Suprimentos a Exatores	132
Realizável	133 a 139
Devedores Diversos	133
Depósitos de Responsáveis	134
Retenções M/C	134 e 135
Suprimentos Autorizados	136
Prefeituras, c/Contribuições	136
Prefeituras, c/Devedoras	136
Diversos Responsáveis	136 a 139
Valôres do Estado	139
Permanente	140 e 141
Valôres Inalienáveis	140
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	140
Devedores por Empréstimos	141
Prefeituras, c/Empréstimo Interno de Conversão da Dívida Externa	141
Almoxarifado	141
ANÁLISE DO PASSIVO	142 a 149
Financeiro	142 a 147
Dívida Flutuante	142 a 144
Depósitos de Consignatários	145
Depósitos de Autarquias	145
Prefeituras, c/Impôsto Indústria e Profissões	146
Contribuições para Autarquias	146
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	147
Permanente	148 e 149
Dívida Fundada Interna	148
Dívida Fundada Externa	149
ANÁLISE DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	150 a 154
Exatores, c/Selos	150 e 151
Caixa de Títulos e Valôres do Estado	151
Contratos Afiançados	152
Créditos Especiais Transferidos para 1965	153 e 154

Volume II - ANÁLISE DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

(Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada, por Órgãos
Administrativos, Categorias Econômicas, Elementos e Rubricas)

DESPESA POR CRÉDITOS ORDINÁRIOS	157 a 390
PODER LEGISLATIVO	157 e 158
Assembléia Legislativa	157 e 158
TRIBUNAL DE CONTAS	159 e 160
Tribunal de Contas	159 e 160
PODER EXECUTIVO	161 a 174
Gabinete do Governador	161 e 162
Administração e Planejamento	162 e 163
Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica	163 e 164
Conselho de Desportos	164 e 165
Caminhos Vicinais, Colonização, Recolonização e Legalização de Terras Devolutas	165 a 171
Serviços de Telecomunicações	171 e 172
Conselho do Serviço Público	172 e 173
Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais	173 e 174
Plano de Subvenções e Auxílios	174
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	175 a 189
Administração Central	175 e 176
Serviço Social Penitenciário	176 e 177
Registro Público das Atividades Econômicas	177 e 178
Assistência aos Municípios	178 e 179
Fiscalização dos Serviços de Diversões Públicas	179 e 180
Guarda de Documentos	180 e 181
Reclusão de Apenados	181 e 182
Ministério Público	182 e 183
Serviços Gráficos do Estado	183 a 187
Procuradoria do Estado junto à União	187
Assistência Psiquiátrica Forense	188 e 189
SECRETARIA DA FAZENDA	191 a 200
Administração Central	191
Orçamento e Finanças	191 e 192
Contabilidade Geral do Estado	192 e 193
Assistência Jurídico-Fiscal	193 e 194
Execução Financeira	194 a 199
Encargos Gerais do Estado	199 e 200
SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS	201 a 224
Administração Central	201 a 203
Construção de Edifícios Públicos	204 a 209
Construção de Hidráulicas e Sistemas de Esgotos	209 a 216
Serviços Industriais de Saneamento	216 a 219
Planejamento, Execução e Fiscalização de Obras de Irrigação e Drenagem	219 a 223
Planejamento Urbanístico e Habitacional e Assistência Técnica	223 e 224
SECRETARIA DA AGRICULTURA	225 a 254
Administração Central	225 a 228
Administração Interna	228 e 229
Fomento e Defesa da Produção Vegetal	229 a 243
Fomento e Defesa da Produção Animal	243 a 249
Pesquisa de Recursos Minerais	249 a 254
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	255 a 294
Administração Central	255 a 260
Educação Primária	261 a 268
Educação Média	268 a 273
Educação Técnica	273 a 281
Orientação e Educação Especial	282 e 283
Pesquisas e Orientação Educacionais	283 e 284
Difusão Cultural	284 e 285
Educação Física e Assistência Educacional	286 a 293
Concessão de Bolsas de Estudos	293 e 294

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	295 a 327
Administração Central	295
Administração Central da Polícia	296 a 302
Investigações, Ordem Política e Social e Serviços Policiais	302 a 306
Serviços de Trânsito	306 e 307
Serviços de Policiamento Preventivo	307 a 310
Perícias Médico-Legais	311 e 312
Perícias Técnicas	312 e 313
Identificação Pessoal (Civil e Criminal)	313 e 314
Administração Central da Brigada	315 a 319
Policiamento do Estado	319 a 323
Ensino Policial Militar	323 e 324
Serviço de Bombeiros	324 e 325
Serviço de Saúde e Veterinária	325 e 326
Fiscalização e Reparação de Obras	326 e 327
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	329 a 334
Administração Central	329
Seleção e Aperfeiçoamento	329 e 330
Classificação de Cargos	330 e 331
Inspeções Médicas	331 e 332
Organização e Reorganização de Serviços	332 e 333
Provimento e Administração de Material	333 e 334
SECRETARIA DA SAÚDE	335 a 362
Administração Central	335 e 336
Assistência Social	336 e 337
Assistência Odontológica	337 e 338
Preparo e Aperfeiçoamento de Pessoal	338 a 341
Higiene e Assistência Sanitária	341 a 349
Assistência à Maternidade e à Infância	349 a 352
Saúde Mental	352 a 356
Pesquisas Biológicas	356 a 360
Projetos, Execução e Fiscalização de Obras	361
Plano de Subvenções e Auxílios	362
SECRETARIA DA ECONOMIA	363 a 370
Administração Central	363 a 366
Assistência à Produção	366
Planejamento e Expansão Econômica	367
Assistência ao Cooperativismo	368
Estatística	368 e 369
Fomento ao Turismo	370
SECRETARIA DOS TRANSPORTES	371 a 374
Administração Central	371
Administração Central do Departamento Aeroviário do Estado	372 e 373
Construção, Manutenção e Melhoramento de Aeroportos	373 e 374
SECRETARIA DO TRABALHO E HABITAÇÃO	375 a 382
Administração Central	375 e 376
Assistência e Proteção ao Trabalho	376 e 377
Plano Habitacional	377 e 378
Serviço de Assistência Social	378 a 382
SECRETARIA DE ENERGIA E COMUNICAÇÕES	383
Administração Central	383
PODER JUDICIÁRIO	385 a 390
Tribunal de Justiça	385 e 386
Tribunal do Júri e Juizados	386 e 387
Juizado de Menores	387 e 388
Conselho Penitenciário	389
Justiça Militar do Estado	389 e 390
DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	391 a 428
Assembléia Legislativa	391
Tribunal de Contas	391
Governo do Estado	391 a 393
Secretaria do Interior e Justiça	393 a 395
Secretaria da Fazenda	395 e 396
Secretaria das Obras Públicas	396 a 400
Secretaria da Agricultura	400 a 404
Secretaria de Educação e Cultura	404 a 414
Secretaria da Segurança Pública	414
Secretaria da Administração	414 e 415
Secretaria da Saúde	415 a 418
Secretaria da Economia	418 e 419
Secretaria dos Transportes	420 e 421
Secretaria do Trabalho e Habitação	422 a 425
Secretaria de Energia e Comunicações	425 a 427
Comissão Estadual de Prédios Escolares	427 e 428

Exposição sobre o Balanço Geral do Estado

Pôrto Alegre, 30 de abril de 1965.

Exposição sôbre o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1964, apresentada ao **Excelentíssimo** Senhor Doutor Miguel Meirelles, **Digníssimo** Secretário da Fazenda.

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda

Apraz-nos transmitir a Vossa Excelência o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1964, levantado por esta Contadoria Geral, em cumprimento ao que determina a Lei nº 521, de 28 de dezembro de 1948, em seu artigo 1º, inciso V.

O Balanço Geral do Estado, composto de um conjunto coordenado de demonstrações contábeis, evidencia, de forma sintética, as operações realizadas, os resultados obtidos e a composição do patrimônio administrativo do Estado. Constitui a peça fundamental para a prestação de contas da gestão econômico-financeira, pertinente à administração centralizada, que incumbe ao Governador apresentar à Assembléia Legislativa.

Dado o caráter essencialmente técnico de que se revestem as demonstrações constantes do mencionado documento contábil, far-se-á uma análise expositiva dos principais fatos da gestão, com o intuito de facilitar sua leitura e interpretação.

1 - DESPESAS AUTORIZADAS E RECURSOS FINANCEIROS

O orçamento para o exercício de 1964, aprovado pela Lei nº 4.644, de 14 de dezembro de 1963, estimou a receita em Cr\$ 119.989.436.082,00 e fixou a despesa em Cr\$ 162.832.092.561,00, estando previsto o deficit de Cr\$ 42.842.656.479,00, sem que a Lei indicasse a forma de sua cobertura.

A par desta autorização de despesa, vigoraram numerosos créditos especiais e extraordinários.

O plano geral de despesas para o ano financeiro de 1964, formado pelo conjunto dos créditos ordinários, especiais e extraordinários, e dos recursos a êle vinculados foram objeto de profundo reajustamento que será demonstrado a seguir, segundo a natureza dos créditos.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

O orçamento votado sofreu profundas e numerosas alterações, com o objetivo de ajustar os créditos, fixados inicialmente, à realidade demonstrada no decurso da execução orçamentária.

Antes de ser feita a apreciação destas alterações, todavia, é conveniente fazer-se menção ao Fundo de Aumento para Pessoal, dotação que figurou sob a classificação 3.1.1.0, do código local 5.06.0. Esta verba, fixada inicialmente em Cr\$ 36.000.000.000,00, passou a Cr\$ 41.515.056.681,00, em virtude de suplementações do valor de Cr\$ 5.515.056.681,00. A finalidade desta rubrica era dar cobertura às suplementações das verbas de pessoal que, em decorrência de reajustamento de vencimentos, determinados por leis específicas, se tornaram insuficientes.

Os programas simples e os subprogramas em que se subdividiam os programas compostos desdobraram-se em 5.108 especificações. Dêste total, 1.178 foram reduzidas total ou parcialmente e 1.694 foram suplementadas.

As reduções somaram Cr\$ 57.425.489.475,10, de que Cr\$ 41.514.434.186,00 provieram do Fundo de Aumento para Pessoal. Das demais especificações orçamentárias canceladas, destacam-se as que se relacionam a seguir, com a indicação dos respectivos códigos.

3.05.0		
4.2.6.0)	Diversas inversões financeiras	807.500.000,00
5.06.0		
3.2.7.1)	Juros da dívida fundada interna	728.400.000,00
4.3.5.1)	Amortização da dívida fundada interna	1.141.000.000,00

6.02.0		
4.1.1.2)	Início de obras	3.192.010.000,00
4.1.1.3)	Prosseguimento e conclusão de obras	235.348.412,00
6.03.0		
4.1.1.2)	Início de obras	224.458.790,00
4.1.1.3)	Prosseguimento e conclusão de obras	387.490.593,00
8.03.0		
4.1.3.5)	Máquinas de escritório, móveis e utensílios	387.000.000,00
8.04.0		
4.1.2.1)	Máquinas, motores e aparelhos	496.938.000,00
4.1.2.7)	Diversos equipamentos e instalações	202.208.000,00
8.09.0		
3.2.1.5.0)	Instituições privadas: Bólsas de estudo	450.000.000,00
12.01.0		
4.1.4.0)	Participação em constituição ou aumento de capital de emprêsas ou entidades industriais e agrícolas	359.745.178,00
4.2.6.0)	Fundo para financiamento de empreendimentos industriais	499.999.982,00

As suplementações, no montante de Cr\$ 56.055.281.242,00, tiveram como cobertura legal os seguintes recursos financeiros:

I - Recursos do orçamento de 1964

Redução de dotações:

Fundo de Aumento para Pessoal ...	41.514.434.186,00	
Outras rubricas	11.625.939.976,00	

Maior arrecadação:

Taxa de transportes	<u>1.331.054.025,00</u>	<u>54.471.428.187,00</u>
---------------------------	-------------------------	--------------------------

II - Recursos de operações de crédito

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:

Emissão de apólices:

1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	6.276.385,90	
4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61	2.993.041,40	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	42.503.212,90	
8a. série - Dec. 14.468, de 10/12/62	<u>20.276.080,00</u>	72.048.720,20

Empréstimos Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:

Emissão de apólices:

1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	37.001.341,60	
2a. série - Dec. 15.637, de 26/9/63	5.612.681,70	
3a. série - Dec. 16.211, de 28/12/63	28.000.000,00	

Empréstimos contratados:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	220.436.418,00	
Governo Federal - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	<u>383.503,90</u>	<u>291.433.945,20</u> <u>363.482.665,40</u>

III - Recursos de exercícios anteriores

Recursos do orçamento de 1960:

Redução de dotações:

Código 18.01	11.036.281,00	
Outros códigos	<u>9.809.445,00</u>	20.845.706,00

Recursos do orçamento de 1961:

Redução de dotações:

Código 18.01	11.853.902,80	
--------------------	---------------	--

Maior arrecadação:

Receitas não vinculadas	<u>100.835.140,00</u>	112.689.042,80
-------------------------------	-----------------------	----------------

Recursos do orçamento de 1962:

Redução de dotações:

Código 18-01	11.349.669,20	
--------------------	---------------	--

Maior arrecadação:

Taxa de educação	10.000.000,00	
Taxa de desenvolvimento agrícola	802.825,00	
Taxa de transportes	<u>6.100.000,00</u>	28.252.494,20

Recursos do orçamento de 1963:

Redução de dotações:

Código 18-01	135.592.846,60	
--------------------	----------------	--

Saldo não utilizado da previsão da taxa de transportes

445.269.351,60

Maior arrecadação:

Taxa de transportes	447.720.948,40	
---------------------------	----------------	--

Taxa de desenvolvimento agropecuário

30.000.000,00 1.058.583.146,60
1.220.370.389,60

A grande diversificação dos recursos legalmente vinculados às suplementações deve-se ao fato de terem sido, para esta finalidade, cancelados parcial ou totalmente numerosos créditos especiais.

Isto vem revelar a salutar disposição do Governo em atender, através de créditos especiais, somente as despesas não contempladas no orçamento, de acordo com o que dispõe o inciso II do artigo 41 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

A composição e o quantitativo dos créditos ordinários foram profundamente modificados em decorrência das alterações decretadas. No seu conjunto, verificou-se uma diminuição líquida de Cr\$ 1.370.208.233,10, uma vez que passaram a ser fixados em Cr\$ 161.461.884.327,90, como se demonstra:

Orçamento inicial	162.832.092.561,00
Menos: Reduções	<u>57.425.489.475,10</u>
	105.406.603.085,90
Mais: Suplementações	<u>56.056.281.242,00</u>
Créditos ordinários retificados	<u>161.461.884.327,90</u>

Classificados segundo as categorias econômicas, os créditos ordinários iniciais, as reduções, as suplementações e os créditos retificados figuram no quadro que segue.

CRÉDITOS ORDINÁRIOS

CATEGORIAS ECONÔMICAS	DOTAÇÃO INICIAL	REDUÇÕES	SUPLEMENTAÇÕES	DOTAÇÃO ALTERADA
DESPESAS CORRENTES				
Despesas de Custeio	89.536.728.845,00	43.069.181.905,00	39.797.837.667,00	86.265.384.607,00
Transferências Correntes	26.349.756.156,00	1.736.444.874,90	12.105.379.250,00	36.718.690.531,10
Subtotal	115.886.485.001,00	44.805.626.779,90	51.903.216.917,00	122.984.075.138,10
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos	13.562.100.002,00	9.636.202.713,20	91.220.000,00	4.017.117.288,80
Inversões Financeiras	5.296.083.950,00	1.379.499.982,00		3.916.583.968,00
Transferências de Capital	28.087.423.608,00	1.604.160.000,00	4.060.844.325,00	30.544.107.933,00
Subtotal	46.945.607.560,00	12.619.862.695,20	4.152.064.325,00	38.477.809.189,80
TOTAL	162.832.092.561,00	57.425.489.475,10	56.055.281.242,00	161.461.884.327,90

CRÉDITOS ESPECIAIS

Em 1964, vigoraram 700 créditos especiais, do valor total de ... Cr\$ 21.530.093.556,30, como se demonstra:

Transferidos de 1963	15.921.265.200,90	
Menos: Reduções	683.496.755,00	15.237.768.445,90
Abertos em 1964	6.294.511.710,40	
Menos: Reduções	17.186.600,00	6.277.325.110,40
Prorrogados em 1964		15.000.000,00
		<u>21.530.093.556,30</u>

Segundo as destinações, estas autorizações de despesa assim se discriminam:

II Plano de Obras do Estado		1.525.522.145,60
Programa Preliminar de Investimentos		12.242.513.892,40
Vantagens de pessoal:		
Vantagens de exercícios anteriores	16.969.153,10	
Férias e abono provisório ao magistério	775.000.000,00	
Abono provisório às autarquias ..	1.209.338.364,00	
Outras vantagens de pessoal	16.295.601,80	2.017.603.118,90
Pagamento de dívidas flutuantes não inscritas		1.500.000.000,00
Contribuições às autarquias		1.495.873.621,00
Aumento de capital do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.		846.860.000,00
Participação do Estado na campanha habitacional		500.000.000,00
Auxílios diversos		491.570.700,40

Contribuições aos municípios	227.665.000,00
Despesas com o censo escolar	250.000.000,00
Instalação e funcionamento de colônias de férias	120.000.000,00
Melhoria de pensões	101.745.178,00
Aquisição e adaptação do imóvel do Almojarifado da Comissão Estadual de Compras	100.000.000,00
Para outros fins	110.739.900,00
	<u>21.530.093.556,30</u>

Os créditos que vigoraram em 1964 tiveram como cobertura os seguintes recursos:

I - Recursos do orçamento de 1964

Redução de dotações:

Diversas rubricas	<u>4.285.115.313,10</u>
-------------------------	-------------------------

II - Recursos de operações de crédito

Empréstimos II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	76.041.194,00	
4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61	28.470.626,30	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	369.887.457,80	
8a. série - Dec. 14.468, de 10/12/62	446.022.222,90	
Empréstimo contratado:		
Banco do Brasil S. A. - Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	<u>15.073.011,00</u>	935.494.512,00
Empréstimos Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	1.584.713.381,40	
2a. série - Dec. 15.637, de 26/9/63	3.520.190.782,40	
3a. série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.971.999.888,00	
Empréstimos contratados:		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	659.563.582,00	
Governo Federal - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	<u>567.930.392,30</u>	8.304.398.026,10
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:		
Emissão de apólices:		
Dec. 15.630, de 25/9/63		<u>1.500.000.000,00</u>
		<u>10.739.892.538,10</u>

III - Recursos de exercícios anteriores

Recursos do orçamento de 1959:		
Redução de dotações:		
Código 13-01		469.908,70
Recursos do orçamento de 1960:		
Redução de dotações:		
Código 18-01	17.499.629,70	
Outros códigos	6.607.327,80	
Maior arrecadação:		
Taxa de desenvolvimento agrícola	<u>1.713.660,10</u>	25.820.617,60
Recursos do orçamento de 1961:		
Redução de dotações:		
Código 18-01	66.166.626,20	
Maior arrecadação:		
Produto da Loteria do Estado ..	15.031.858,70	
Receitas não vinculadas	<u>3.314.689,00</u>	84.513.173,90
Recursos do orçamento de 1962:		
Redução de dotações:		
Código 18-01	293.795.104,30	
Maior arrecadação:		
Taxa de educação	28.431.182,10	
Taxa de transportes	70.078.277,50	
Taxa de eletrificação e comunicações	213.456.812,00	
Taxa de desenvolvimento agrícola	18.416.433,00	
Produto da Loteria do Estado ..	<u>76.788.796,40</u>	700.966.605,30
Recursos do orçamento de 1963:		
Redução de dotações:		
Código 18-01	2.642.791.871,00	
Maior arrecadação:		
Taxa de educação	621.637.028,30	
Taxa de transportes	483.920.000,00	
Taxa de eletrificação e comunicações	485.977.000,00	
Taxa de desenvolvimento agropecuário	66.739.455,00	
Fundo Rodoviário Nacional	1.244.600.000,00	
Produto da Loteria do Estado ..	<u>147.650.045,30</u>	<u>5.693.315.399,60</u>
		<u>6.505.085.705,10</u>

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

No exercício de 1964, vigoraram dois créditos extraordinários, no total de Cr\$ 600.000.000,00.

Um destes adicionais foi aberto pelo Decreto nº 16.547, de 8/4/64, no valor de Cr\$ 500.000.000,00, e destinou-se a atender despesas decorrentes de comoção intestina grave.

O outro crédito extraordinário, do valor de Cr\$ 100.000.000,00, foi aberto pelo Decreto nº 16.620, de 12/6/64, para cobrir gastos com a reparação de danos provocados por fenômenos climáticos em diversos municípios do Estado.

DEFICIT PRESUMÍVEL DO EXERCÍCIO

1-2-19

O plano geral de despesas e dos recursos financeiros a êle vinculados, já reajustados, compreendem os seguintes elementos:

Despesa Fixada		
Créditos ordinários retificados		161.461.884.327,90
Créditos especiais		21.530.093.556,30
Créditos extraordinários		<u>600.000.000,00</u>
		<u>183.591.977.884,20</u>
Recursos Financeiros		
Receita orçamentária:		
Previsão inicial	119.989.436.082,00	
Mais: Excesso de arrecadação <u>pre</u> visto	<u>1.331.054.025,00</u>	121.320.490.107,00
Operações de crédito		11.103.375.203,50
Recursos de exercícios anteriores		<u>7.725.456.094,70</u>
		<u>140.149.321.405,20</u>

Antes de proceder-se ao cotejo da despesa fixada com os recursos financeiros, para a apuração do resultado presumível do exercício, faz-se necessário excluir do montante destes os que já foram realizados em exercícios anteriores, sob pena de falsear-se o resultado. Encontram-se nestas condições os recursos oriundos de orçamentos relativos a exercícios já encerrados, resultantes de maior arrecadação e de cancelamento de autorizações de despesa, bem como de operações de crédito realizadas naqueles exercícios.

Procedidas as exclusões a que se faz menção, os recursos financeiros de realização possível assim se desdobram:

Receita orçamentária:		
Previsão inicial	119.989.436.082,00	
Mais: Excesso de arrecadação <u>pre</u> visto	<u>1.331.054.025,00</u>	121.320.490.107,00
Operações de crédito:		
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	82.317.579,90	
4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61	31.463.667,70	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	412.390.670,70	
8a. série - Dec. 14.468, de 10/12/62	<u>466.298.302,90</u>	992.470.221,20
Empréstimos Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	1.621.714.723,00	
2a. série - Dec. 15.637, de 26/9/63	3.525.803.464,10	
3a. série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.999.999.888,00	

Empréstimo contratado:		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	<u>187.871,90</u>	7.147.705.947,00
Empréstimo Consolidação de Dívidas Flutuantes - Lei nº 4.426, de 21/12/62:		
Emissão de apólices:		
Dec. 15.630, de 25/9/63.....		<u>1.500.000.000,00</u>
		<u>130.960.666.275,20</u>

Postos agora em confronto o total da despesa fixada e a soma dos recursos prováveis, determina-se o deficit presumível do exercício de 1964, no montante de Cr\$ 52.631.311.609,00, como se demonstra:

Despesa fixada		183.591.977,884,20
Recursos do exercício:		
Receita orçamentária reestimada	121.320.490.107,00	
Operações de crédito realizáveis..	<u>9.640.176.168,20</u>	<u>130.960.666.275,20</u>
Deficit presumível do exercício		<u>52.631.311.609,00</u>

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro destina-se a pôr em evidência a receita e a despesa orçamentárias, os ingressos e egressos que se processam à margem da Lei de Meios e as disponibilidades iniciais e finais.

Esta peça contábil constitui o ponto de partida para a prestação de contas governamental. Serve, ainda, para demonstrar as alterações experimentadas pelo patrimônio financeiro, em decorrência da gestão da mesma natureza.

Os dados constantes do documento sob exame e o resultado financeiro da execução orçamentária serão objeto de minuciosa exposição, segundo as espécies.

2.1.0 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

No quadro que segue, onde figuram a receita e a despesa realizadas, em sua classificação mais simples, põe-se em destaque o resultado financeiro do exercício.

RECEITA REALIZADA

Receitas Correntes	159.672.137.879,80	
Receitas de Capital	<u>4.026.711.932,80</u>	163.698.849.812,60

DESPESA REALIZADA

Despesas Correntes	127.964.670.424,90	
Despesas de Capital	<u>28.087.570.389,50</u>	<u>156.052.240.814,40</u>

RESULTADO FINANCEIRO

Superavit		<u>7.646.608.998,20</u>
-----------------	--	-------------------------

O resultado positivo apurado corresponde a 4,67 % do total da receita realizada.

A receita realizada ultrapassou, por larga margem, a soma dos recursos financeiros com possibilidade de realização e vinculados ao montante da despesa autorizada, conforme se demonstra:

Receita realizada	163.698.849.812,60
Menos: Receita reestimada, inclusive operações de crédito realizáveis	<u>130.960.666.275,20</u>
Maior receita	<u>32.738.183.537,40</u>

Por seu turno, a despesa realizada situou-se bem abaixo do quantitativo fixado, como se vê:

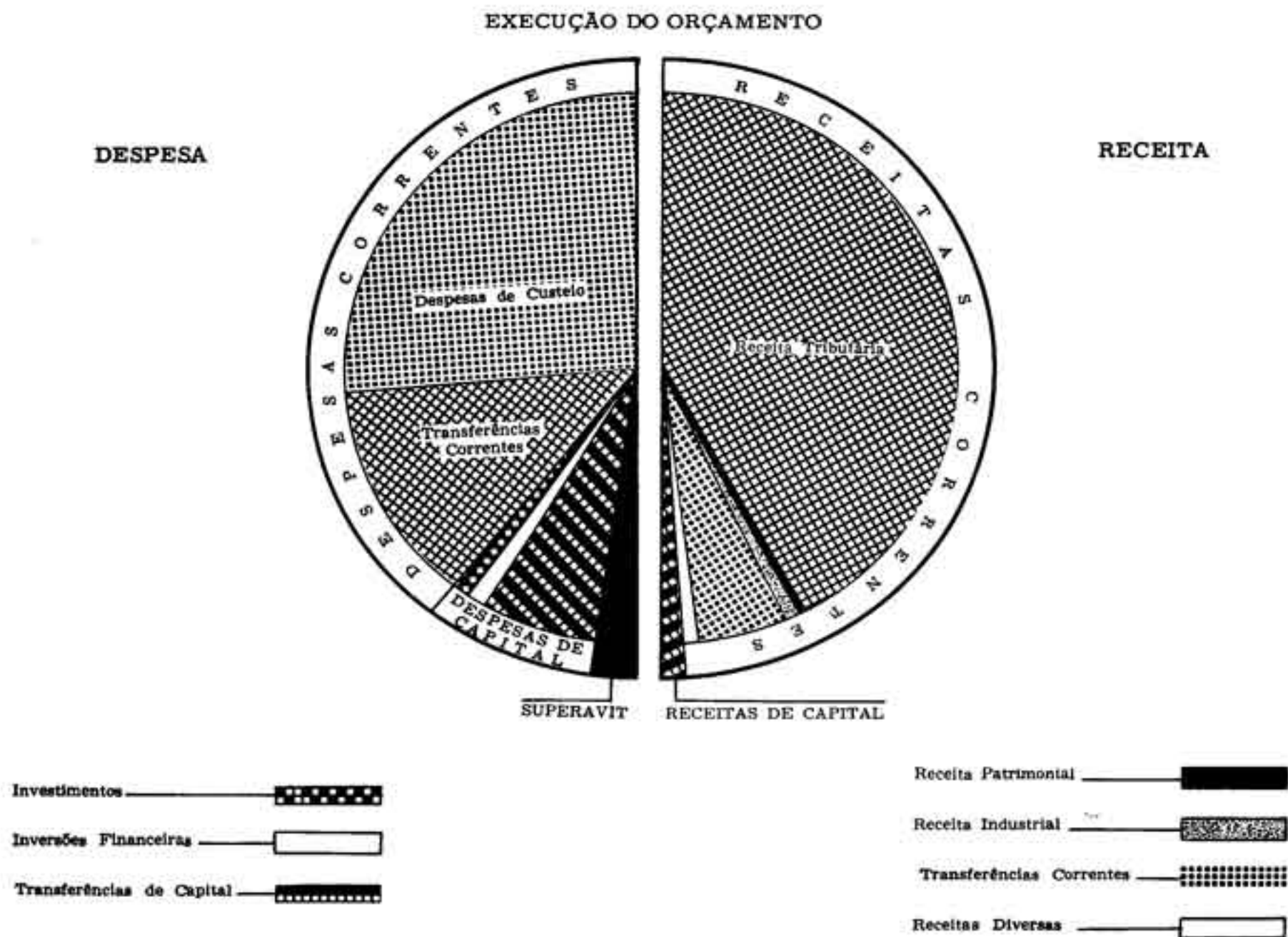
Despesa fixada	183.591.977.884,20
Menos: Despesa realizada	<u>156.052.240.814,40</u>
Menor despesa	<u>27.539.737.069,80</u>

Os dois fatos apontados foram responsáveis pela recuperação do deficit presumível e sua transformação em superavit, conforme evidenciam os dados a seguir alinhados:

Maior receita	32.738.183.537,40	
Menor despesa	<u>27.539.737.069,80</u>	60.277.920.607,20
Menos: Deficit presumível do exercício		<u>52.631.311.609,00</u>
Superavit financeiro do exercício		<u>7.646.608.998,20</u>

Essa recuperação foi possível graças ao esforço do Governo no sentido de aumentar as receitas e de conter as despesas.

A execução orçamentária é demonstrada, gráficamente, através do quadro que segue, onde a receita figura classificada por categoria econômica e fonte e a despesa, por categoria econômica e função.



2.1.1. - ANÁLISE DA RECEITA

Com uma arrecadação de Cr\$ 163.698.849.812,60, a receita arrecadada no ano findo ultrapassou a previsão orçamentária em Cr\$ 43.709.413.730,60.

Tendo sido de Cr\$ 79.404.246.144,40 a receita de 1963, constata-se o extraordinário aumento verificado no exercício sob exame, que corresponde a um ritmo de crescimento da ordem de 106 %.

Os quadros que acompanham o Balanço Financeiro especificam detalhadamente a receita realizada por categoria econômica, espécie e estação arrecadadora.

Sinteticamente, as quantias que revelam a execução da receita são assim expostas:

Receitas Correntes:	Orçada	Arrecadada
I - Tributária		
Impostos	73.890.050.000,00	90.242.122.520,50
Taxas	42.506.225.000,00	46.938.846.129,40
	<u>116.396.275.000,00</u>	<u>137.180.968.649,90</u>
II - Patrimonial	208.520.000,00	284.332.650,50
III - Industrial	2.213.535.282,00	2.758.238.383,80
IV - Transferências Correntes ...	290.100.000,00	16.679.811.504,40
V - Receitas Diversas	814.800.000,00	2.768.786.691,20
	<u>119.923.230.282,00</u>	<u>159.672.137.879,80</u>
Receitas de Capital		
Operações de crédito		3.888.212.590,70
Diversas	66.205.800,00	138.499.342,10
	<u>119.989.436.082,00</u>	<u>163.698.849.812,60</u>

Esta demonstração indica que, segundo as categorias, a execução ultrapassou, por larga margem, as respectivas previsões.

Ressalta-se, a seguir, os aspectos fiscais mais significativos dos diversos ingressos orçamentários.

IMPOSTOS

Concorrendo com Cr\$ 90.242.122.520,50 para a formação da receita geral do Estado, o produto dos impostos representa 55 % desse total e 65,78 % da receita tributária, tendo ultrapassado a previsão orçamentária em Cr\$ 16,3 bilhões e superado a receita de 1963 em Cr\$ 10,8 bilhões.

A participação dos impostos na formação da receita geral, nos últimos cinco anos, é revelada na seguinte demonstração:

Ano	Receita geral	Receita de impostos	Percentagem da receita de impostos sobre a receita geral.
1960	22.435.659.174,20	11.516.816.544,50	51 %
1961	32.657.566.479,50	15.647.914.465,60	48 %
1962	44.937.854.118,60	24.282.185.439,10	54 %
1963	79.404.246.144,40	42.516.374.878,10	53 %
1964	163.698.849.812,60	90.242.122.520,50	55 %

A arrecadação dos impostos, em confronto com as estimativas, assim se apresenta:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Vendas e consignações	71.978.000.000,00	86.634.790.932,50	14.656.790.932,50
Sêlo e afins . . .	1.407.000.000,00	2.081.007.130,70	674.007.130,70
Transmissão de propriedade "causa mortis"	505.050.000,00	1.526.324.457,30	1.021.274.457,30
	<u>73.890.050.000,00</u>	<u>90.242.122.520,50</u>	<u>16.352.072.520,50</u>

A maior arrecadação equivale a 22,13 % das respectivas previsões.

O imposto sobre vendas e consignações constitui a fonte de receita que maior soma de recursos proporciona ao Estado. Sua arrecadação vem apresentando um crescimento marcante de ano para ano, em consequência, principalmente, da contínua elevação dos preços. Contribuíram, ainda, para a elevação do produto coletado, o aprimoramento dos métodos de fiscalização e sua intensificação e a instituição, através da Lei nº 4.757, de 9 de julho de 1964, da correção monetária dos débitos fiscais satisfeitos fora dos prazos estabelecidos.

No ano findo, o imposto sobre vendas e consignações proporcionou 96 % do produto de impostos e 52,9 % da receita geral.

Através dos dados abaixo, demonstra-se o comportamento deste tributo no último lustro, período em que foi cobrado à alíquota uniforme de 4 %:

Ano	Arrecadação	Índice
1960	10.374.527.142,90	100
1961	14.235.023.511,40	137
1962	23.397.215.831,30	225
1963	41.410.129.292,20	399
1964	86.634.790.932,50	835

Proporcionando recursos da ordem de Cr\$ 2.081.007.130,70, também o imposto de sêlo e afins suplantou a estimativa orçamentária, com uma arrecadação a maior de Cr\$ 674.007.130,70.

O crescimento inusitado deste imposto, no exercício findo, deve-se, particularmente, aos efeitos da Lei nº 4.645, de 14 de dezembro de 1963, que elevou ao triplo algumas das incidências constantes das Tabelas "A" e "B", anexas à Lei nº 3.881, de 28 de dezembro de 1959.

O reflexo dessa alteração é melhor apreciado no quadro a seguir, onde se demonstra o comportamento deste imposto no último quinquênio, em números absolutos e relativos:

Ano	Arrecadação	Índice
1960	343.455.754,20	100
1961	421.977.864,70	123
1962	591.611.599,40	172
1963	720.382.831,00	210
1964	2.081.007.130,70	606

O imposto sobre transmissão de propriedade "causa mortis" careceu para o erário estadual a soma de Cr\$ 1.526.324.457,30, ou seja, Cr\$ 1.021.274.457,30 além de sua previsão orçamentária, acompanhando, assim, a tendência dos outros dois tributos.

O excepcional incremento verificado deve-se aos efeitos das Leis nºs. 4.757 e 4.834, de 9 de julho de 1964 e 2 de dezembro de 1964, respectivamente. O primeiro destes diplomas estabeleceu, como indenização pela mora, a correção monetária das obrigações tributárias, inclusive adicionais e penalidades, quando solvidas fora dos prazos estabelecidos. O segundo dispensou do pagamento da indenização pela mora, inclusive a relativa à desvalorização da moeda, os contribuintes que satisfizessem seus débitos até 31 de dezembro de 1964.

A ação dessas medidas fêz com que, somente nos meses de novembro e dezembro do ano findo, fôssem arrecadados Cr\$ 866.005.149,60, isto é, mais de 50 % do total que o tributo produziu no exercício sob exame.

Indica-se, a seguir, em números absolutos e relativos, a arrecadação deste tributo nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice
1960	226.479.553,00	100
1961	220.331.900,60	97
1962	293.358.008,30	120
1963	385.862.754,90	170
1964	1.526.324.457,30	673

TAXAS

No exercício de 1964, vigoraram 13 taxas que proporcionaram ingressos no montante de Cr\$ 46.938.846.129,40, superando em Cr\$ 4.432.621.129,40 o conjunto das respectivas previsões orçamentárias.

A receita produzida por esta espécie representa 34,22 % da receita tributária e 28,6 % da receita geral.

Em relação ao exercício de 1963, verificou-se um aumento de arrecadação da ordem de Cr\$ 24.697.979.770,40.

Dentre as diferentes taxas, sobressaem, pela sua produtividade, as cobradas como adicionais sobre os impostos, à razão de 50 %.

Com uma arrecadação de Cr\$ 45.120.432.900,00, excedendo em Cr\$ 8.175.407.900,00 a soma de suas previsões, estes tributos são discriminados a seguir, com a indicação das respectivas taxas de incidência:

Taxa de eletrificação e comunicações	15 %	13.536.081.966,30
Taxa de transportes	17 %	15.341.644.268,90
Taxa de educação	15 %	13.535.940.677,50
Taxa de desenvolvimento agropecuário	3 %	2.706.766.057,30
	<u>50 %</u>	<u>45.120.432.900,00</u>

A soma destas taxas deveria corresponder, por força de sua incidência, a 50 % do produto de impostos. Tal não ocorreu, todavia, em virtude de ter-se verificado, no ano findo, o recebimento de tributos de competência de exercícios anteriores, quando as alíquotas dos adicionais em aprêço diferiam das que vigoraram em 1964.

A diferença que se constata é de Cr\$ 628.360,20, assim desdobrados:

Taxa de eletrificação e comunicações.	- 236.411,70
Taxa de transportes	+ 483.440,40
Taxa de educação	- 377.770,60
Taxa de desenvolvimento agropecuário	- 497.618,30

As 9 taxas restantes foram orçadas em Cr\$ 5.561.200.000,00. A receita que produziram, no entanto, não passou de Cr\$ 1.818.413.229,40. A menor arrecadação de Cr\$ 3.742.786.770,60 deve-se ao fato de não ter sido cobrada a taxa de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, estimada em Cr\$ 4.000.000.000,00. Este tributo, criado pela Lei nº 4.682, de 24 de dezembro de 1963, deixou de ser coletado por falta de regulamentação desse diploma legal.

O quadro a seguir apresenta o comparativo da receita destas taxas com as respectivas previsões:

Taxas	Previsão	Arrecadação	Diferença
Taxas e custas judiciárias ...	48.000.000,00	91.453.361,50 +	43.453.361,50
Taxa do Corpo de Bombeiros.	22.500.000,00	60.284.920,00 +	37.784.920,00
Taxa de fiscalização e classificação de produtos de exportação	500.000,00	3.238,70 -	496.761,30
Taxa de melhoria de provedores de servidores inativos ..	1.000.000.000,00	1.179.803.244,60 +	179.803.244,60
Taxa de aposentadoria dos serventuários da Justiça	33.000.000,00	121.466.908,60 +	88.466.908,60
Taxa de recuperação da lavoura do arroz ..	5.000.000,00	979.861,10 -	4.020.138,90
Taxa de Cr\$0,01 por quilo de mercadoria exportada	2.200.000,00	2.070.096,00 -	129.904,00
Taxa de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul	4.000.000.000,00	-	- 4.000.000.000,00
Taxa de investimentos da pecuária	450.000.000,00	362.351.598,90 -	87.648.401,10
	<u>5.561.200.000,00</u>	<u>1.818.413.229,40</u>	<u>- 3.742.786.770,60</u>

Como se vê, dentre estas taxas prepondera, pelo montante da receita obtida, a de melhoria de proventos de servidores inativos. Orçada em 1 bilhão de cruzeiros, o dôbro da previsão de 1963, produziu, assim mesmo, uma arrecadação a maior no valor de Cr\$ 179.803.244,60. O incremento verificado deve-se, exclusivamente, ao aumento de estipêndios legalmente decretado, pois é sobre êstes que o tributo incide.

Chama-se a atenção para a taxa de fiscalização e classificação de produtos de exportação, cuja arrecadação vem caindo de forma acentuada, tendo sido praticamente nula nos últimos três anos.

Demonstra-se, a seguir, em números absolutos e relativos, a evolução da receita das taxas nos últimos cinco anos:

	Ano	Arrecadação	Índice
Taxas e custas judiciárias			
	1960	32.013.056,20	100
	1961	36.513.251,40	114
	1962	40.141.986,40	125
	1963	51.208.225,70	159
	1964	91.453.361,50	285
Taxa do Corpo de Bombeiros			
	1960	8.910.785,60	100
	1961	17.294.924,00	194
	1962	19.120.770,00	214
	1963	34.182.963,20	383
	1964	60.284.920,00	676
Taxa de fiscalização e classificação de produtos de exportação			
	1960	2.031.062,20	100
	1961	1.038.496,50	51
	1962	19.547,90	9
	1963	14.425,00	7
	1964	3.238,70	0,159
Taxa de melhoria de proventos de servidores inativos			
	1960	136.615.724,30	100
	1961	196.903.924,90	143
	1962	278.092.330,70	203
	1963	576.765.468,10	422
	1964	1.179.803.244,60	863
Taxa de aposentadoria dos serventuários da Justiça			
	1960	15.385.123,60	100
	1961	26.001.931,70	169
	1962	31.724.588,10	206
	1963	49.228.867,20	319
	1964	121.466.908,60	789
Taxa de recuperação da lavoura de arroz			
	1961	1.080.318,30	100
	1962	4.780.950,60	443
	1963	100.591,30	9
	1964	979.861,10	91
Taxa de Cr\$ 0,01 por quilo de mercadoria exportada			
	1960	1.356.337,30	100
	1961	1.829.315,10	134
	1962	2.029.582,10	149
	1963	2.051.038,10	151
	1964	2.070.096,00	152

Taxa de eletrificação e comunicações			
	1960	1.704.435.714,50	100
	1961	2.341.214.316,60	137
	1962	3.639.674.235,50	213
	1963	6.376.133.816,50	374
	1964	13.536.081.966,30	794
Taxa de transportes			
	1960	1.968.105.975,10	100
	1961	2.661.924.238,60	135
	1962	4.129.285.810,20	209
	1963	7.228.802.371,10	367
	1964	15.341.644.268,90	779
Taxa de educação			
	1960	1.838.206.779,90	100
	1961	2.496.688.156,50	135
	1962	3.881.997.600,40	211
	1963	6.377.756.965,20	346
	1964	13.535.940.607,50	736
Taxa de desenvolvimento agropecuário			
	1960	221.200.346,20	100
	1961	310.731.113,90	140
	1962	484.463.671,50	219
	1963	1.273.248.403,70	576
	1964	2.706.766.057,30	1.223
Taxa de investimentos da pecuária			
	1964	362.351.598,90	100

RECEITA PATRIMONIAL

Os ingressos originários do patrimônio do Estado atingiram
Cr\$ 284.332.650,50, superando a estimativa orçamentária em
Cr\$ 75.812.650,50, e podem ser assim desdobrados:

Receitas imobiliárias	3.020.978,20
Participações e dividendos..	186.309.200,00
Outras receitas patrimoniais	95.002.472,30
	<u>284.332.650,50</u>

As receitas imobiliárias provêm, na sua maior parte, da rubrica foros e laudêmios, cuja arrecadação atingiu Cr\$ 2.741.987,80, em contraste com a estimativa de Cr\$ 3.000.000,00.

A renda de aluguéis de próprios do Estado, orçada em
Cr\$ 500.000,00, não foi além de Cr\$ 278.990,40.

Por sua vez, na rubrica exploração de terras e matos não houve qualquer arrecadação.

A parcela de Cr\$ 186.309.200,00, classificada como participações e dividendos, refere-se, exclusivamente, aos rendimentos das ações do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. e pode ser assim especificada:

Dividendos	101.623.200,00
Bonificação	84.686.000,00
	<u>186.309.200,00</u>

Nas demais entidades em que o Estado participa como acionista não houve distribuição de dividendos a registrar. No caso particular da Petrobrás, entretanto, cabe mencionar que os dividendos devidos ao Estado vêm sendo retidos por aquela empresa, para fins de aplicação em melhoramentos relacionados com a Refinaria Alberto Pasqualini e o porto pesqueiro de Tramandaí, nos termos do acordo em vigor. Esse instrumento não foi ultimado, razão por que os citados rendimentos e as respectivas aplicações não foram incluídos no orçamento, nem contabilizados.

Como outras receitas patrimoniais, figura a soma de Cr\$ 95.002.472,30, proveniente de juros abonados sobre depósitos bancários, resultado que superou, por larga margem, a previsão orçamentária de Cr\$ 20.000.000,00.

RECEITA INDUSTRIAL

A receita industrial origina-se de diversos estabelecimentos agrupados em empresas públicas e serviços públicos.

Os ingressos desta espécie, desdobrados segundo aquelas classificações, são comparados, a seguir, com as respectivas previsões:

	Previsão	Arrecadação	Diferença
Receitas de empresas públicas	864.828.260,00	995.630.621,80	130.802.361,80
Receitas de serviços públicos .	<u>1.348.707.022,00</u>	<u>1.762.607.762,00</u>	<u>413.900.740,00</u>
	<u>2.213.535.282,00</u>	<u>2.758.238.383,80</u>	<u>544.703.101,80</u>

Dentre as empresas públicas, destaca-se, pela sua arrecadação, o Departamento de Imprensa Oficial e os Parques e Jardins, respectivamente, com Cr\$ 983.954.386,10 e Cr\$ 11.561.235,70. A arrecadação do primeiro destes órgãos superou a estimativa em Cr\$ 291.646.126,10, ao passo que o último não atingiu a previsão, fixada em Cr\$ 14.850.000,00.

Figuram no mesmo grupo as Estações Experimentais da Diretoria da Produção Vegetal e da Diretoria da Produção Animal, ambas da Secretaria da Agricultura, com ingressos orçados em Cr\$ 45.000.000,00. A receita proporcionada por estes estabelecimentos foi de Cr\$ 115.000,00, isto é, praticamente nula.

Não foi verificado nenhum recolhimento de receita proveniente das seguintes empresas: Oficinas da Penitenciária Industrial, Penitenciária Agrícola e Colônia Penal Agrícola, Revista do Ensino e Escola Profissional Padre Cacique, desconhecendo-se, por falta de informes, se tal anomalia provém da paralização das atividades que proporcionam receita ou se decorre da aplicação indevida dos recursos em suas próprias despesas.

Como receitas de serviços públicos, encontram-se classificadas as produzidas pelo Entrepasto de Carga e Descarga de Porto Alegre, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Sanatório Partenon, estabelecimentos da Subsecretaria do Ensino Técnico e pelos Serviços de água e Serviços de água e esgoto.

Ressaltam neste grupo, como responsáveis pela maior parcela da receita industrial registrada, os Serviços de água e Serviços de água e esgoto, administrados pela Diretoria Industrial da Secretaria das Obras Públicas, com uma receita realizada de Cr\$ 1.719.413.176,80, que a seguir se discrimina, em confronto com as respectivas previsões:

Rubrica	Previsão	Arrecadação	Diferença
Serviços de água em 99 localidades	1.212.595.486,00	1.048.490.345,60	- 164.105.140,40
Serviços de água e esgoto em 10 localidades ..	107.329.536,00	670.922.831,20	+ 563.593.295,20
	<u>1.319.925.022,00</u>	<u>1.719.413.176,80</u>	<u>+ 399.488.154,80</u>

A maior arrecadação constatada, de Cr\$ 399.488.154,80, provém da majoração de tarifas, levada a efeito em outubro de 1964, em face da autorização contida no Decreto nº 16.818, de 17 de setembro de 1964, bem como da expansão das atividades do órgão que, durante o mesmo exercício, teve sua rede de hidráulicas aumentada em mais 11 unidades.

Vale mencionar que os resultados obtidos na exploração desses Serviços foram positivos, registrando um superavit operacional de Cr\$ 46.420.887,40, fato que não ocorria desde o ano de 1960, como se constata pelos dados abaixo, relativos ao último quinquênio:

	Superavit	Deficit
1960	27.836.530,70	
1961		15.581.975,30
1962		85.890.764,60
1963		48.310.307,90
1964	46.420.887,40	

O Hospital Psiquiátrico São Pedro e o Hospital Sanatório Partenon acusaram receitas de Cr\$ 42.212.845,90 e Cr\$ 974.890,00, em contraste com as previsões, respectivamente, de Cr\$ 2.470.000,00 e Cr\$ 7.200.000,00.

No Entrepasto de Carga e Descarga de Pôrto Alegre, a receita foi de apenas Cr\$ 6.849,30, ou seja, pouco mais da metade da estimativa.

Os estabelecimentos da Subsecretaria do Ensino Técnico não acusaram receitas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As receitas de transferências correntes, orçadas em Cr\$ 290.100.000,00, apresentam, no seu conjunto, uma arrecadação de Cr\$ 16.679.811.504,40, que pode ser assim discriminada:

	Orçada	Arrecadada
Contribuições dos municípios	17.600.000,00	9.934.652,40
Contribuições diversas	272.500.000,00	16.669.876.852,00
	<u>290.100.000,00</u>	<u>16.679.811.504,40</u>

Como se vê, os recursos provenientes das contribuições dos municípios atingiram pouco mais da metade da previsão. É que não se verificou nenhum ingresso das contribuições destinadas ao atendimento do serviço dos empréstimos externos, orçadas em Cr\$ 8.300.000,00. Além disso, as demais contribuições destinadas à manutenção do serviço de estatística, do Departamento das Prefeituras Municipais e do serviço de prevenção de incêndio e combate ao fogo não atingiram os níveis esperados. Apenas as contribuições para os serviços de higiene e saúde pública apresentaram excesso de arrecadação, da ordem de Cr\$ 2.968.123,90.

A maior arrecadação das contribuições diversas provém de contribuições da União, no montante de Cr\$ 16.426.312.000,00, para as quais não houve estimativa orçamentária.

Por outro lado, a rubrica que indicava uma contribuição do Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, no valor de Cr\$ 9.500.000,00, não acusou nenhuma arrecadação.

O Departamento da Loteria do Estado contribuiu com Cr\$ 243.564.852,00, correspondente à renda líquida de suas atividades, importância inferior ao previsto, que era de Cr\$ 263.000.000,00.

RECEITAS DIVERSAS*

As receitas diversas, cuja previsão era de Cr\$ 814.800.000,00, contribuíram com a elevada soma de Cr\$ 2.768.861.998,90, destacando-se o fato de que tôdas as rubricas aí situadas excederam os quantitativos orçados.

A cobrança da dívida ativa influiu decisivamente nesse resultado, com uma arrecadação de Cr\$ 1.339.947.098,20, ou seja, mais de um bilhão de cruzeiros além da previsão.

Os dados abaixo alinhados revelam o comportamento da arrecadação da dívida ativa nos últimos cinco anos:

Ano	Arrecadação	Índice
1960	177.537.233,20	100
1961	230.384.324,00	129
1962	313.558.820,80	176
1963	499.767.252,60	281
1964	1.339.947.098,20	754

Ressalta, dos elementos acima, o constante crescimento desta receita, mormente no último exercício, fato que se deve atribuir não só à intensificação das atividades dos órgãos fazendários, mas, de modo particular, ao ônus da correção monetária, imposto pela Lei nº 4.757, de 9 de julho de 1964, aos devedores faltosos.

Esses mesmos fatores influíram também na receita proveniente de multas que, orçada em Cr\$ 130.000.000,00, atingiu a elevada quantia de Cr\$ 483.422.155,30.

Em números absolutos e relativos, assim se representa a evolução da cobrança de multas no último quinquênio:

Ano	Arrecadação	Índice
1960	57.243.965,10	100
1961	74.669.623,80	130
1962	127.619.237,80	222
1963	218.429.755,70	381
1964	483.422.155,30	844

Elevando-se quase ao dôbro da estimativa, figura a receita de indenizações e restituições, com a cifra de Cr\$ 760.025.637,10, da qual a maior parte está representada pela parcela de Cr\$ 500.000.000,00, recebida do Governo Federal, como indenização das despesas feitas pelo Estado na recuperação de obras de saneamento, afetadas por enchentes que assolaram diversos municípios gaúchos.

Os restantes Cr\$ 260.025.637,10 provêm da anulação de resíduos passivos. Desta quantia, destacam-se: Cr\$ 45.520.610,50 referentes à prescrição quinquenária dos restos a pagar; Cr\$ 63.478.000,00 relacionados com a desapropriação da Fazenda Sarandi; e Cr\$ 24.412.002,50 relativos ao cancelamento de vantagens de pessoal processadas indevidamente, inclusive em 1964, pertinentes ao Plano de Centralização de Pagamento. O saldo remanescente corresponde ao cancelamento de débitos inscritos em contrapartida de despesa, em vários exercícios, em virtude de ter sido verificada sua improcedência.

As receitas de exercícios anteriores, orçadas em Cr\$ 3.000.000,00, proporcionaram recursos da ordem de Cr\$ 180.436.550,80. Desta quantia, Cr\$ 174.044.000,00 provêm da incorporação, à receita, das quotas do Fundo Federal de Eletrificação, correspondentes aos exercícios de 1959 a 1962, recebidas pela então Comissão Estadual de Energia Elétrica, mas vinculadas a créditos especiais abertos na administração centralizada.

A receita eventual somou Cr\$ 4.955.249,80, em contraposição à estimativa de Cr\$ 1.800.000,00.

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital, orçadas no seu conjunto em Cr\$ 66.205.800,00, proporcionaram ingressos da ordem de Cr\$ 4.026.711.932,80.

A arrecadação a maior deve-se ao fato de não ter sido prevista, no orçamento, a realização de empréstimos.

Das receitas desta categoria, destaca-se o produto de operações de crédito, no montante de Cr\$ 3.888.212.590,70, obtido, exclusivamente, da colocação de apólices dos seguintes empréstimos:

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59		20.425.724,60
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62		966.836.866,10
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63		<u>2.900.950.000,00</u>
		<u>3.888.212.590,70</u>

Segue-se, pela ordem de grandeza, a receita obtida com a alienação de bens móveis e imóveis, assim discriminada:

	Previsão	Arrecadação
Produto da venda de imóveis e de resgate de terrenos reservados	30.000.000,00	106.841.216,60
Alienação de veículos, máquinas e materiais obsoletos	500.000,00	6.327.900,00

Como se vê, estas receitas ultrapassaram, largamente, as respectivas previsões. Os ingressos classificados na primeira rubrica apresentam excepcional incremento, em virtude da intensificação da legalização de terras devolutas, a cargo do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

Não foi obtida receita alguma em decorrência da realização do ativo do Banco Pelotense.

Por último, registra-se a receita de Cr\$ 25.000.000,00, proveniente de empréstimos imobiliários, orçada em Cr\$ 25.705.800,00. Essa quantia foi recolhida pela Prefeitura de Rio Grande como amortização do empréstimo que lhe foi concedido nos termos da Lei nº 4.514, de 2 de julho de 1963.

POR EXATORIA

No exercício de 1964, funcionaram 158 exatorias, arrecadando a soma de Cr\$ 137.598.784.281,20, que representa 84,05 % da receita geral do Estado.

Estão assim distribuídos êsses órgãos, segundo a sua arrecadação:

	Número de exatorias	Arrecadação	%
de mais de 10 bilhões	1	46.730.816.779,20	28,54
de mais de 4 até 10 bilhões	2	11.980.454.248,00	7,32
de mais de 3 até 4 bilhões	3	10.941.790.682,50	6,68
de mais de 2 até 3 bilhões	5	12.847.688.410,00	7,85
de mais de 1 até 2 bilhões	11	16.455.819.360,80	10,05
de mais de 900 milhões até 1 bilhão	1	959.432.942,40	0,59
de mais de 800 até 900 milhões	6	5.118.267.647,10	3,12
de mais de 700 até 800 milhões	6	4.368.674.251,70	2,67
de mais de 600 até 700 milhões	4	2.617.272.606,60	1,60
de mais de 500 até 600 milhões	9	4.906.970.972,80	3,00
de mais de 400 até 500 milhões	11	4.944.377.460,70	3,02
de mais de 300 até 400 milhões	11	3.779.794.022,30	2,31
de mais de 200 até 300 milhões	18	4.552.568.926,90	2,78
de mais de 100 até 200 milhões	35	5.343.126.631,50	3,27
até 100 milhões	35	2.051.729.338,70	1,25
	<u>158</u>	<u>137.598.784.281,20</u>	<u>84,05</u>

Verifica-se um apreciável aumento na arrecadação das exatorias, aumento que se deve mais à constante elevação de preços do que propriamente ao crescimento vegetativo da receita.

Como se observa pela demonstração acima, 3 exatorias superaram a casa dos 4 bilhões, tendo uma registrado a elevada cifra de 46 bilhões de cruzeiros.

Eis a discriminação das 11 exatorias que se apresentaram com arrecadação mais expressiva, ou seja, 50,39 % da arrecadação geral:

	Arrecadação	%
Pôrto Alegre	46.730.816.779,20	28,54
Pelotas	7.038.407.679,80	4,30
Caxias do Sul	4.942.046.568,20	3,02
Rio Grande	3.995.179.417,80	2,44
Santana do Livramento	3.588.221.103,50	2,19
Nôvo Hamburgo	3.358.390.161,20	2,05
Canoas	2.822.135.510,50	1,72
Bagé	2.736.424.596,50	1,67
Passo Fundo	2.589.218.438,20	1,58
Santa Maria	2.416.265.778,90	1,48
Uruguaiana	2.283.644.085,90	1,40
	<u>82.500.750.119,70</u>	<u>50,39</u>

2.1.2 - ANÁLISE DA DESPESA

À conta das autorizações legislativas foram realizadas, em 1964, despesas no valor de Cr\$ 156.052.240.814,40.

Esta soma assim se desdobra, segundo a natureza das autorizações:

Por créditos ordinários	140.540.654.440,30
Por créditos especiais	15.112.935.785,10
Por créditos extraordinários	398.650.589,00
	<u>156.052.240.814,40</u>

Os demonstrativos que ilustram o Balanço Financeiro desdobram a despesa por órgãos, categorias econômicas, elementos, funções e subfunções.

Nos quadros analíticos que compõem o II volume do Balanço Geral, a despesa é apresentada por rubricas e por créditos especiais e extraordinários, sendo aquelas grupadas por programas e subprogramas. Para cada especificação orçamentária é feita a indicação da dotação inicial, a dotação com as alterações decretadas, a despesa realizada e os saldos resultantes.

Indica-se, a seguir, a participação dos órgãos da administração superior na execução do plano geral de despesas:

	Créditos ordinários	Créditos especiais e extraordinários
Assembléia Legislativa	1.503.502.521,70	230.662.475,50
Tribunal de Contas	372.191.738,90	3.475.735,50
Govêrno do Estado	2.723.531.489,60	367.492.346,90
Secretaria do Interior	3.194.777.153,80	121.893.016,70
Secretaria da Fazenda	58.351.492.485,40	1.621.237.369,20
Secretaria das Obras Públicas	3.911.818.666,10	420.104.052,60
Secretaria da Agricultura	4.272.013.046,90	549.322.625,70
Secretaria de Educação e Cultura	41.199.733.537,80	4.091.196.429,00
Secretaria da Segurança Pública	14.216.377.963,60	413.968.939,90
Secretaria da Administração	498.534.534,50	169.026.407,10
Secretaria da Saúde	5.974.323.369,90	269.013.823,90
Secretaria da Economia	415.964.362,10	140.423.463,50
Secretaria dos Transportes	360.390.562,20	4.581.719.172,50
Secretaria do Trabalho e Habitação	1.091.380.436,50	549.466.797,50
Secretaria de Energia e Comunicações	23.581.546,60	1.289.391.219,20
Justiça	2.431.041.024,70	-
Comissão Estadual de Prédios Escolares	-	684.192.499,40
	<u>140.540.654.440,30</u>	<u>15.511.586.374,10</u>

Os cinco elementos em que se subdividia a despesa orçamentária, de acôrdo com o Decreto-Lei Federal nº 2.416, de 17 de julho de 1940, foram desdobrados, pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em vinte e nove. Dada a excessiva especificação, perde seu significado a análise da despesa realizada, sob êsse prisma, na presente exposição. Outrossim, deixa de ser possível a comparação da despesa do exercício em exame com a dos anos anteriores.

Entretanto, na demonstração da despesa pelas categorias econômicas segundo as funções, que figura como anexo ao Balanço Financeiro, os gastos estão especificados por elemento.

Também a classificação funcional da despesa foi objeto de alteração pela Lei Federal nº 4.320. Conquanto tenha sido mantida a mesma quantidade de funções - anteriormente denominadas serviços - verificou-se uma total modificação dos critérios para o desdobramento da despesa sob êsse ângulo. Em virtude dêsse fato, não há termo de comparação da despesa de 1964 com a dos anos anteriores.

A classificação da despesa em aprêço é altamente significativa, pois revela a orientação imprimida pelo Governo às suas realizações. Eis como se desdobram os gastos segundo as funções:

		%
0 - Governo e Administração Geral	30.816.578.646,70	19,75
1 - Encargos Gerais	30.144.088.872,90	19,31
2 - Recursos Naturais e Agropecuários	6.278.206.357,00	4,02
3 - Energia	1.238.292.547,60	0,79
4 - Transportes e Comunicações	5.210.858.199,90	3,34
5 - Indústria e Comércio	2.667.980.140,70	1,72
6 - Educação e Cultura	44.708.119.025,50	28,65
7 - Saúde	6.611.395.059,40	4,24
8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social	23.328.242.136,90	14,95
9 - Habitação e Serviços Urbanos	<u>5.048.479.827,80</u>	<u>3,23</u>
	<u>156.052.240.814,40</u>	<u>100,00</u>

Dos dados expostos, destacam-se, de imediato, pela ordem de grandeza, os gastos realizados nos setores da "Educação e Cultura", "Governo e Administração Geral", "Encargos Gerais" e "Trabalho, Previdência e Assistência Social", com os percentuais de 28,65 %, 19,75 %, 19,31 % e 14,95 %, respectivamente.

Impõe-se uma apreciação especial relativamente aos gastos efetuados no setor educacional, representando aplicações equivalentes a 27,3 % da receita geral e 49,5 % da receita de impostos. Isto demonstra que as aplicações neste setor ultrapassaram, por larga margem, o mínimo estabelecido no artigo 192, inciso I, da Constituição do Estado - 20 % do produto de impostos - e mais a arrecadação da taxa de educação, nas quantias de Cr\$ 18.048.424.504,10 e Cr\$ 13.535.940.607,50, respectivamente.

Em segundo lugar, com 19,75 % da despesa geral, apresentam-se os dispêndios realizados com a administração, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, a segurança civil e militar, os estudos, pesquisas e planejamentos e outros de menor significação, englobados no grupo "Governo e Administração Geral".

Seguem-se-lhes os gastos classificados como "Encargos Gerais", correspondendo a 19,31 % da despesa global, onde se reúnem as despesas com a dívida pública fundada e flutuante, além das vultosas transferências às autarquias e aos municípios.

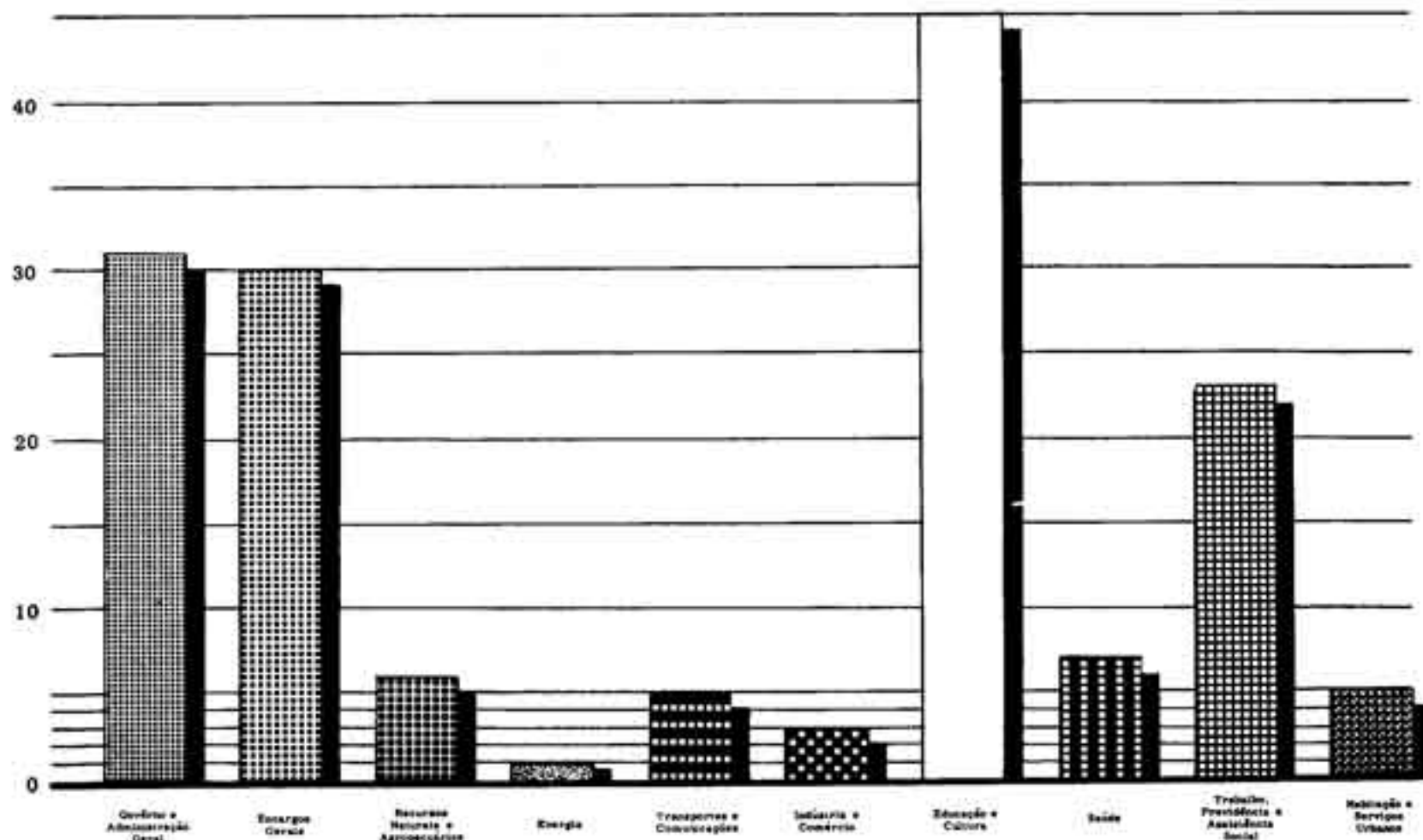
Nas aplicações classificadas no grupo "Trabalho, Previdência e Assistência Social", com 14,95 % da despesa total, encontram-se, como parcela mais significativa, os pagamentos feitos a inativos e pensionistas civis e militares, além dos gastos com salário-família e abono familiar e previdência social.

Por se constituir na função cujo índice percentual é o mais baixo, deve ser citado o grupo onde se englobam os dispêndios relacionados com o setor "Energia", que representa 0,79 % da despesa geral.

No quadro que segue, demonstra-se, gráficamente, a classificação funcional da despesa realizada.

DESPEZA PÚBLICA ESTADUAL, POR FUNÇÕES

BILHÕES DE CRUZEIROS



A despesa realizada é desdobrada, ainda, por subfunção, em quadro que ilustra o Balanço Financeiro.

Por último, apresenta-se a despesa detalhada segundo as categorias econômicas, nova classificação estabelecida pela Lei Federal nº 4.320. Este desdobramento, que se reveste de grande significação, assim se expõe:

Despesas Correntes		
Despesas de Custeio	85.819.516.550,10	
Transferências Correntes	<u>42.145.153.874,80</u>	127.964.670.424,90
Despesas de Capital		
Investimentos	3.343.708.162,10	
Inversões Financeiras	3.732.795.069,00	
Transferências de Capital	<u>21.011.067.158,40</u>	28.087.570.389,50
		<u>156.052.240.814,40</u>

CONFRONTO DA DESPESA FIXADA COM A REALIZADA

O confronto da despesa fixada com a realizada fornece dados de alta valia para o julgamento das contas governamentais. Também à administração êste comparativo propicia informes úteis para a apreciação dos resultados apurados, bem como para a orientação das atividades futuras.

Êsses elementos informativos figuram, com grande riqueza de detalhes, nos anexos ao Balanço Geral, especialmente nos constantes do II volume.

Deve-se salientar aqui o auspicioso fato de que nenhuma das 5.108 rubricas orçamentárias foi excedida, restringindo-se os gastos ao limite dos créditos votados, o que ocorreu pela última vez no exercício de 1960.

Despesa por créditos ordinários - Os créditos ordinários foram fixados, pela Lei de Meios, em Cr\$ 162.832.092.561,00. Esta quantia foi reduzida para Cr\$ 161.461.884.327,90, em virtude das alterações legalmente decretadas.

Graças ao esforço do Governo no sentido de reduzir o deficit, mediante rigorosa contenção da despesa, verificou-se apreciável economia destas autorizações, conforme se demonstra:

Créditos ordinários	161.461.884.327,90
Despesa realizada.	<u>140.540.654.440,30</u>
Saldo	<u>20.921.229.887,60</u>

Essas economias foram as de maior expressão nos últimos cinco anos, tanto em números absolutos como em relação ao valor da despesa fixada, como evidenciam os dados a seguir alinhados:

	1960	1961	1962	1963	1964
Saldos verificados (em milhões de cruzeiros)	1.678	1.169	1.741	2.374	20.921
Percentagens em relação à despesa fixada	10,7 %	5,2 %	5,6 %	3,9 %	12,9 %

Os créditos não utilizados distribuem-se pelos seguintes órgãos:

Assembléia Legislativa	45.525.662,00
Tribunal de Contas	50.069.261,10
Governo do Estado	499.467.717,40
Secretaria do Interior e Justiça	156.589.855,40
Secretaria da Fazenda	12.910.527.332,60
Secretaria das Obras Públicas	1.143.096.330,90
Secretaria da Agricultura	754.144.039,10
Secretaria de Educação e Cultura	3.637.374.100,20
Secretaria da Segurança Pública	795.835.207,40
Secretaria da Administração	42.750.871,50
Secretaria da Saúde	463.980.958,10
Secretaria da Economia	30.864.347,90
Secretaria dos Transportes	53.438.970,80
Secretaria do Trabalho e Habitação ...	153.295.599,50
Secretaria de Energia e Comunicações.	2.113.203,40
Justiça	182.156.430,30
	<u>20.921.229.887,60</u>

Apresentaram saldos de maior vulto as dotações a seguir discriminadas, com a indicação dos respectivos códigos:

5.06.0	
4.1.4.0)	Participação em constituição ou aumento de capital de emprêsas ou entidades industriais e agrícolas
	Aços Finos Piratini S. A.
	804.000.000,00
4.2.6.0)	Dotação destinada à constituição de um Fundo para realização do Projeto Prioritário de Serviços Telefônicos Urbanos a cargo

	da C. R. T., encaminhado ao Governo do Estado e a ser fiscalizado pela Comissão Estadual de Comunicações.....	1.000.121.200,00
4.3.4.2)	Contribuição para a Comissão Estadual de Energia Elétrica: Para investimentos.....	873.237.700,00
	Contribuição para a Comissão Estadual de Energia Elétrica: Quota-parte da Taxa de Eletrificação e Comunicações.....	9.975.156.300,00
8.02.0		
	3.1.1.1.1.9) Vencimentos.....	698.476.597,50
	3.1.1.1.2.8) Salários de contratados.....	359.262.705,40
8.03.0		
	3.1.1.1.2.8) Salários de contratados.....	399.043.347,50
8.09.0		
	3.2.1.5.0) Instituições privadas: Bolsas de estudo.....	482.966.496,60

Despesa por créditos especiais e extraordinários - Os créditos especiais e extraordinários que vigoraram em 1964 atingiram a soma de Cr\$ 22.130.093.556,30. À conta destes adicionais foram realizadas despesas no montante de Cr\$ 15.511.586.374,10. Os saldos apurados, no valor de Cr\$ 6.618.507.182,20, desdobram-se como segue:

Saldos extintos, por perda de vigência	2.336.636.549,50
Saldos transferidos para 1965.....	4.281.870.632,70
	<u>6.618.507.182,20</u>

Os saldos extintos constituem real economia, uma vez que não poderão ser utilizados para a realização de despesas.

Quanto ao valor dos créditos transferidos, que ficaram reduzidos à quantia de Cr\$ 4.281.870.624,00, em virtude da extinção dos centavos, nos termos da Lei Federal nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964, subdivide-se em duas parcelas. A primeira, do valor de Cr\$ 1.202.154.700,00, corresponde a despesas já empenhadas que deixaram de ser liquidadas por tratar-se de serviços ou fornecimentos não ultimados. A segunda parcela, da quantia de..... Cr\$ 3.079.715.924,00, representa autorizações de despesa que poderão ser utilizadas em 1965.

Os gastos imputados a créditos especiais, em 1964, representam menos de 50 % da despesa da mesma natureza realizada no exercício anterior e, na sua maior parte, relacionam-se com os programas especiais, em vias de extinção.

Por outro lado, os saldos dos créditos transferidos para o ano seguinte são inferiores aos transferidos no ano anterior, equivalente a menos de um terço dos mesmos.

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Nas exposições anteriores, apresentava-se a evolução da despesa realizada segundo a natureza dos créditos, as funções - então serviços - e os elementos, com o objetivo de evidenciar o comportamento dos gastos públicos sob estas classificações.

Entretanto, na presente análise, comentar-se-á somente a evolução da despesa segundo a natureza das autorizações, em virtude das alterações determinadas por lei federal, já mencionada anteriormente.

O quadro que figura a seguir demonstra, em números absolutos e relativos, a tendência da despesa geral, dos gastos realizados à conta de créditos ordinários, bem como dos imputados a créditos especiais e extraordinários.

Do exame deste quadro, verifica-se que o ritmo de crescimento da despesa realizada por créditos ordinários aumentou acentuadamente em 1964, enquanto a imputada a créditos especiais e extraordinários sofreu sensível decréscimo.

Evidencia-se, mais uma vez, a correta orientação da administração estadual, no sentido de concentrar a aplicação dos recursos públicos, através do orçamento ordinário, reservando as autorizações paralelas para o atendimento de despesas especiais e extraordinárias.

EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CRÉDITOS

NATUREZA	Números absolutos, em milhares de cruzeiros					Números relativos				
	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964
Créditos ordinários	14.034.753	21.360.155	29.424.316	58.832.871	140.540.654	100	152	209	419	1001
Créditos especiais e extraordinários	8.515.979	12.758.384	17.869.462	31.827.917	15.511.586	100	149	209	373	182
Despesa geral	22.550.732	34.118.539	47.293.778	90.660.778	156.052.240	100	151	209	402	692

2.2.0 - OPERAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS

As entradas e saídas de tesouraria que não dependem de autorização orçamentária constituem operações de caráter extra-orçamentário e constam do Balanço Financeiro subordinadas à seguinte classificação:

a) Receita

Restos a pagar (contrapartida da despesa empenhada) . .	17.944.471.766,50
Serviço da Dívida a Pagar	2.371.448.292,60
Depósitos	7.123.810.554,80
Outras operações	34.918.187.861,40
	<u>62.357.918.478,30</u>

b) Despesa	
Restos a Pagar	9.670.604.420,50
Serviço da Dívida a Pagar	161.742.107,40
Depósitos	6.370.915.810,60
Outras operações	48.958.325.653,50
	<u>65.161.587.992,00</u>

Considerando a sua origem e visando à maior clareza da análise, tais operações podem ser assim condensadas:

a) Receita	
Recebimento de créditos	4.105.126.029,20
Formação de dívidas	58.252.792.449,10
	<u>62.357.918.478,30</u>

b) Despesa	
Pagamento de dívidas	49.510.037.447,50
Formação de créditos	15.651.550.544,50
	<u>65.161.587.992,00</u>

2.2.1 - RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Recebimento de créditos - Foram os seguintes os recebimentos de créditos inscritos no ativo financeiro:

Devedores Diversos	
Devedores do Departamento de Imprensa Oficial	109.298.182,40
Prefeitura Municipal de Rio Grande	8.777.777,80
Departamento da Loteria do Estado	24.940.445,30
Governo Federal, c/Fundo Rodoviário Nacional	392.534.372,10
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/ Provisão José Moinhos de Campos	615.000.000,00
Outras contas	5.238.185,10
	<u>2.022.669,00</u>
	<u>1.157.811.631,70</u>
Prefeituras	
Contribuições devidas ao Estado, referentes a exercícios anteriores	57.040.011,20
Cobrança de créditos de outras origens	3.741.344,00
	<u>60.781.355,20</u>
Diversos Responsáveis	
Recolhimentos no exercício	<u>26.506.669,10</u>
Suprimentos Autorizados	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	1.541.817.431,70
Companhia Estadual de Energia Elétrica	849.174.848,40
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	414.916.295,60
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	46.617.797,50
Secretaria da Economia, c/Compra de Cebola	7.500.000,00
	<u>2.860.026.373,20</u>

Formação de dívidas - Estão aqui classificadas as operações que geram a formação da dívida flutuante, assim considerados os ingressos de correntes de depósitos, os empréstimos por antecipação da receita, as letras do Tesouro, e, ainda, a contrapartida de despesa realizada e não paga, contabilizada co-

mo restos a pagar, as contribuições para autarquias e outros, consoante especificação seguinte:

Restos a Pagar de 1964

a) despesa processada:

Contas a Pagar	1.962.003.059,10	
Vencimentos a Pagar	7.453.366.383,00	
Fôlhas a Pagar	<u>120.107.987,40</u>	9.535.477.429,50

b) despesa não processada:

Empenhos a Liquidar		<u>8.408.994.337,00</u>
		<u>17.944.471.766,50</u>

Depósitos Recebidos

Cauções		39.043.473,00
Retenções		7.863.788,30
Depósitos Públicos e Judiciais		8.387.608,80

Depósitos de Consignatários

União dos Funcionários da Fazenda Estadual	32.982.577,80	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	141.675,70	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	583.692.221,00	
Instituto de Previdência do Estado	2.438.368.277,30	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda	134.850.826,60	
Corpo da Guarda de Trânsito... Governo Federal, c/Empréstimo Compulsório	84.228.646,40	
Sociedade Financeira dos Servidores	292.909.915,90	
Divisão da Guarda Civil	83.688.799,30	
Cia. Previdência do Sul, c/Prêmios de Seguros	196.209.055,90	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado	139.785.195,80	
Cia. Seguradora Brasileira, c/Prêmios de Seguros	182.690.272,50	
Governo Federal, c/Imposto de Renda	56.087.067,20	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos	214.985.864,90	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações	57.617.768,90	
Outras contas	11.605.116,40	
	<u>15.591.016,10</u>	4.525.434.297,70

Depósitos de Autarquias

Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Dívida Ativa	11.605.878,20	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	912.457.416,70	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	5.833.710,70	

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias	13.676.109,80	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	122.092.823,40	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	97.448.319,20	
Taxa de Cooperação	194.477.058,50	
Fundo de Cooperação da Classe Rural	98.862.301,10	
Receita de Exercícios Anteriores	1.149.818,90	
Dívida Ativa	<u>12.228.459,80</u>	1.469.831.896,30
Depósitos Diversos		
Hospital Psiquiátrico São Pedro	24.367.729,40	
Pensões Alimentícias	52.569.600,20	
Associação Comercial de Pelotas	77.076,80	
Columbia, Cia. Nacional de Seguros Gerais	3.813.547,50	
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa	245.502.252,90	
Penitenciária Estadual	5.659.249,00	
Receita a Restituir - 1964	11.952.035,40	
Taxa de Previdência Social	131.539.264,70	
Diferença de Vantagens - Lei nº 4.467/62	36.492.219,40	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, c/Contribuições	80.857.139,50	
Vencimentos não Reclamados ..	21.335.588,80	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações	10.411.132,80	
Depósitos, c/Tributos Diversos	412.858.471,10	
Diferença de Vantagens - Lei nº 4.242/61	25.893.427,40	
Outras contas	<u>9.920.755,70</u>	1.073.249.490,70
Outras operações		
Contribuições para Autarquias		
Caixa Econômica Estadual, c/Contribuições	190.965.000,00	
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Contribuições	1.163.962.750,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Emissão de Apólices	488.782.000,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	614.833.812,00	

Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Contribuições	60.335.164,00	
Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Emissão de Apóli- ces	13.708.000,00	
Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Taxa de Transportes	1.354.500.213,00	
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Contri- buições	3.255.859.136,00	
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Emissão de Apólices	9.000.000,00	
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Fundo Rodoviário Nacional	1.244.600.000,00	
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes	5.761.168.853,00	
Departamento Estadual de Por- tos, Rios e Canais, c/Contri- buições	1.471.000.000,00	
Departamento Estadual de Por- tos, Rios e Canais, c/Taxa de Transportes	2.279.956.344,50	
Instituto de Previdência do Esta- do, c/Contribuição Fixa	681.408.000,00	
Instituto de Previdência do Esta- do, c/Contribuição Variável ..	524.160.000,00	
Instituto de Previdência do Esta- do, c/Lei nº 4.171/61	638.350.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuições	426.442.591,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Abono Provi- sório	35.798.733,00	20.214.830.596,50
Prefeituras, c/Contribuições do Estado.....		5.084.000,00
Serviço da Dívida Interna		2.147.408.844,40
Serviço da Dívida Externa		224.039.448,20
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira ...		195.643.683,20
Letras do Tesouro (emitidas)		4.843.737.100,00
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material ..	6.045.851,00	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	24.067.203,40	30.113.054,40
Credores Diversos		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	3.084.483.948,40	
Aços Finos Piratini S. A., c/Subs- crição de Capital	187.111.042,90	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Aumento de Capital	423.430.000,00	
Governo Federal, c/Auxílios ..	573.688.000,00	

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Taxa de Investimentos da Pecuária..	169.247.402,00	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Emissão de Apólices	1.032.014.000,00	
Outras contas	<u>53.679.007,80</u>	<u>5.523.653.401,10</u>
		<u>40.308.320.682,60</u>

2.2.2 - DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Pagamento de dívidas - Situam-se neste grupo os pagamentos de dívidas formadas em exercícios anteriores em contrapartida de despesas, as restituições de depósitos e o resgate de empréstimos por antecipação da receita e de letras do Tesouro, assim discriminados:

Restos a Pagar

de 1959	45.856.469,40	
de 1960	15.890.260,60	
de 1961	45.086.769,50	
de 1962	71.587.552,00	
de 1963	<u>9.492.183.369,00</u>	
		<u>9.670.604.420,50</u>

Depósitos Restituídos

Cauções		1.950.245,70
Retenções		8.795.512,60
Depósitos de Responsáveis		21.600,00
Depósitos Públicos e Judiciais		7.534.057,00
Depósitos de Autarquias		
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura	903.285.556,20	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Armazéns	5.833.710,70	
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrificação e Comunicações	53.515,70	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa de Fiscalização de Agências e Estações Rodoviárias	5.462.937,70	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, c/Taxa Rodoviária	145.985.881,10	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	87.332.484,90	
Taxa de Cooperação	243.063.972,60	
Fundo de Cooperação da Classe Rural	<u>73.769.500,00</u>	<u>1.464.787.558,90</u>

Depósitos de Consignatários		
União dos Funcionários da Fazenda Estadual	31.410.880,90	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários	7.535.461,40	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	560.904.634,50	
Instituto de Previdência do Estado	2.303.460.887,10	
Cooperativa de Consumo dos Servidores Públicos Ltda.	123.759.697,40	
Corpo da Guarda de Trânsito ..	77.947.920,00	
Governo Federal, c/Empréstimo Compulsório	245.227.969,40	
Sociedade Financeira dos Servidores	86.597.898,00	
Divisão da Guarda Civil	180.788.015,20	
Cia. Previdência do Sul, c/Prêmios de Seguros	127.302.722,80	
Associação dos Funcionários Públicos do Estado	178.676.084,80	
Cia. Seguradora Brasileira, c/Prêmios de Seguros	52.630.850,10	
Governo Federal, c/Imposto de Renda	171.556.500,40	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos...	81.946.745,50	
Associação dos Fiscais do Imposto sobre Vendas e Consignações	10.869.416,40	
Outras contas	16.718.520,20	4.257.334.204,10
Depósitos Diversos		
Hospital Psiquiátrico São Pedro	23.767.017,90	
Pensões Alimentícias	54.584.346,40	
Columbia, Cia. Nacional de Seguros Gerais	3.891.582,70	
Comissão sobre Cobrança da Dívida Ativa	221.660.580,50	
Penitenciária Estadual	4.647.884,50	
Receita a Restituir - 1964	10.245.198,30	
Taxa de Previdência Social	119.530.440,20	
Diferença de Vantagens - Lei nº 4.467/62	74.860.398,90	
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, c/Contribuições	78.125.348,90	
Vencimentos não Reclamados ..	16.175.495,60	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, c/Consignações	9.928.440,50	
Depósitos, c/Tributos Diversos	4.046.290,20	
Diferença de Vantagens - Lei 4.242/61.....	582.377,00	
Outras contas	8.447.230,70	630.492.632,30

Outras operações

Contribuições para Autarquias	
Caixa Econômica Estadual, c/ Contribuições	69.422.200,00
Banco Regional de Desenvolvi- mento do Extremo Sul, c/Con- tribuições	1.267.683.750,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Abono Provisório.	7.572.845,40
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Emissão de Apóli- ces	1.552.364.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Fundo Federal de Eletrificação	174.044.000,00
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Taxa de Eletrifica- ção e Comunicações	614.833.812,00
Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Emissão de Apóli- ces	33.590.618,00
Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Taxa de Cooperação para Construção de Silos e Ar- mazéns	2.042.111,90
Comissão Estadual de Silos e Ar- mazéns, c/Taxa de Transpor- tes	1.328.328.712,90
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Contri- buições	4.428.699.136,00
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Abono Familiar - 1955	23.500.000,00
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Salário Mínimo	41.802.372,30
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Abono Provisório - 1959	15.245.000,00
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Fundo Rodoviário Nacional	1.244.600.000,00
Departamento Autônomo de Es- tradas de Rodagem, c/Taxa de Transportes	5.438.911.685,70
Departamento Estadual de Abas- tecimento de Leite, c/Contri- buições	3.000.000,00
Departamento Estadual de Por- tos, Rios e Canais, c/Contribui- ções	2.813.456.630,10
Departamento Estadual de Por- tos, Rios e Canais, c/Abono Provisório	12.760.000,00
Departamento Estadual de Por- tos, Rios e Canais, c/Taxa de	

Instituto de Previdência do Estado, c/Contribuição Fixa	5.000.000,00	
Instituto de Previdência do Estado, c/Abono Familiar - Lei nº 2.605/55	1.996.000,00	
Instituto de Previdência do Estado, c/Lei nº 4.171/61	618.500.000,00	
Instituto Rio-Grandense do Arroz, c/Contribuições	49.691.768,30	
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, c/Emissão de Apólices	132.272.000,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Contribuições	335.509.961,80	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Abono Provisório	35.798.733,00	
Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, c/Emissão de Apólices	139.000.000,00	
Viação Férrea do Rio Grande do Sul, c/Taxa de Transportes ..	<u>11.038.742,20</u>	22.680.620.424,10
Prefeituras, c/Contribuições do Estado		99.899.791,10
Serviço da Dívida Interna		161.736.156,10
Serviço de Juros da Dívida Flutuante		5.951,30
Cheques a Pagar, c/José Teixeira Veloso da Silveira ...		568.521.204,80
Letras do Tesouro (resgatadas)		6.156.764.750,00
Comissão Estadual de Compras		
Fundo de Estoque de Material ..	11.078.008,70	
Empenhos, c/Fundo de Estoque de Material	<u>4.292.148,80</u>	15.370.157,50
Credores Diversos		
Banco da Província do Rio Grande do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	86.394.506,10	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Suprimentos ..	6.000.000,00	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	1.615.000.000,00	
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Capital a Realizar	1.012.355.034,50	
Banco Francês e Brasileiro S. A., c/Antecipação da Receita	7.225.920,00	
Açúcar Gaúcho S. A., c/Capital a Realizar	370.000.000,00	
Banco Industrial e Comercial do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	52.931.133,00	
Banco Nacional do Comércio S. A., c/Antecipação da Receita ..	62.004.188,00	
Governo Federal, c/Auxílios ..	<u>573.688.000,00</u>	<u>3.785.598.781,60</u>
		<u>39.839.433.027,10</u>

Formação de créditos - A seguir, relacionam-se os créditos formados no exercício, decorrentes das saídas financeiras, bem como de contrapartida de receita.

Devedores Diversos

Serviços faturados pelo Departamento de Imprensa Oficial	731.093.612,80
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/ Carteira de Crédito Agrícola	112.176.827,80
Departamento da Loteria do Estado, c/Arrecadação	15.939.252,00
Sociedade Financeira dos Servidores, c/Consignações	10.342.789,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Liquidação do Ativo do Banco Pelotense	1.450.990,90
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, c/Empréstimo Consolidação	5.963.851,50
Companhia Estadual de Energia Elétrica, c/Antecipação da Taxa de Eletrificação e Comunicações	12.242.558.121,00
Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, c/Antecipação da Taxa de Eletrificação e Comunicações	750.634.591,70
Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários ...	389.017,80
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Provisão ..	400.000.000,00
José Moinhos de Campos	625.402,90
Outras contas	<u>1.771.751,20</u>
	<u>14.272.946.208,60</u>

Suprimentos Autorizados

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	542.089.327,40
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	431.976.801,20
Instituto Rio-Grandense do Arroz	169.219.775,50
Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes	<u>66.803.817,90</u>
	<u>1.210.089.722,00</u>

Prefeituras

Contribuições ao Estado, não recolhidas no exercício ...	16.627.899,70
Outros créditos formados no exercício	<u>80.164.736,00</u>
	<u>96.792.635,70</u>

Diversos Responsáveis

Glosas aplicadas	<u>71.721.978,20</u>
------------------------	----------------------

2.3.0 - ANÁLISE DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No capítulo inicial desta exposição, dedicado ao exame do plano geral de despesas e dos recursos financeiros legalmente a ele vinculados, determinou-se o déficit presuntivo da ordem de Cr\$ 52.631.311.609,00, isto é, cerca de 10 bilhões de cruzeiros além do déficit previsto no orçamento votado.

Todavia, em face da rigorosa política de contenção de gastos e de emulação da receita, adotada pela administração financeira do Estado, foi possível obter, ao término do exercício de 1964, uma completa recuperação das finanças estaduais, expressa pelo resultado positivo da execução orçamentária, no montante de Cr\$ 7.646.608.998,20, auspicioso fato que não se verificava desde o ano de 1954.

Eis como se determina, em sua expressão mais simples, este resultado.

Receita realizada	163.698.849.812,60
Despesa realizada	<u>156.052.240.814,40</u>
Superavit financeiro	<u>7.646.608.998,20</u>

Já no primeiro capítulo desta exposição, ficou demonstrado que a maior parte das autorizações de despesa tinha, como cobertura, recursos ordinários do exercício, outra parte encontrava seu suporte financeiro em operações de crédito realizadas ou a serem efetivadas, e, por último, uma parcela a que se vinculavam recursos de exercícios anteriores.

A origem do resultado da gestão financeira é revelada mediante a decomposição da receita e da despesa realizadas, segundo sua vinculação legal e técnica, como segue:

Receita realizada

a) Recursos ordinários		159.810.637.221,90
b) Operações de crédito:		
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	20.425.724,60	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	966.836.866,10	
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	<u>2.900.950.000,00</u>	<u>3.888.212.590,70</u>
		<u>163.698.849.812,60</u>

Despesa realizada

a) Com cobertura em recursos ordinários		141.557.900.588,80
b) Com cobertura em operações de crédito:		
Empréstimos II Plano de Obras do Estado - Lei nº 3.601, de 1/12/58:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	12.212.723,80	
4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61	22.764.734,00	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	282.646.331,80	
8a. série - Dec. 14.468, de		

Empréstimo contratado:		
Banco do Brasil S. A. - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	770.616,80	
Empréstimos Programa Preliminar de Investimentos - Lei nº 4.387, de 6/12/62:		
Emissão de apólices:		
1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	1.401.026.025,70	
2a. série - Dec. 15.637, de 26/9/63	3.162.123.713,60	
3a. série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.610.877.571,90	
Empréstimos contratados:		
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	731.160.429,00	
Governo Federal - Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	<u>497.805.372,50</u>	8.039.657.648,90
c) Com cobertura em recursos de exercícios anteriores:		
Redução de dotações do orçamento de 1960	28.950.186,30	
Redução de dotações do orçamento de 1961	59.857.777,10	
Maior arrecadação de 1961:		
Produto da Loteria do Estado..	14.850.000,00	
Outras fontes	101.419.528,70	
Redução de dotações do orçamento de 1962	50.589.066,00	
Maior arrecadação de 1962:		
Taxa de educação	14.211.852,90	
Taxa de transportes	71.447.369,30	
Taxa de eletrificação e comunicações	213.456.812,00	
Taxa de desenvolvimento agrícola	1.219.240,00	
Produto da Loteria do Estado .	68.445.000,00	
Redução de dotações do orçamento de 1963	1.767.901.189,30	
Maior arrecadação de 1963:		
Taxa de educação	553.717.554,10	
Taxa de transportes	931.543.358,40	
Taxa de eletrificação e comunicações	401.377.000,00	
Taxa de desenvolvimento agropecuário	87.176.702,00	
Fundo Rodoviário Nacional	1.244.600.000,00	
Saldo não utilizado da previsão da taxa de transportes	<u>445.269.351,60</u>	6.056.031.987,70
d) Sem indicação de recursos		<u>398.650.589,00</u>
		<u>156.052.240.814,40</u>

Pondo-se em confronto os recursos ordinários e a despesa à conta dos mesmos, obtém-se o seguinte resultado:

Recursos ordinários obtidos	159.810.637.221,90
Despesa realizada à conta de recursos ordinários	<u>141.956.551.177,80</u>
Superavit de recursos ordinários	<u>17.854.086.044,10</u>

Este superavit parcial pode ser melhor apreciado através da decomposição da despesa, segundo a natureza das autorizações legislativas, como se demonstra:

Recursos ordinários obtidos	159.810.637.221,90
Despesa realizada com cobertura em recursos ordinários:	
à conta do orçamento	138.956.801.385,30
à conta de créditos especiais	2.601.099.203,50
à conta de créditos extraordinários	<u>398.650.589,00</u>
Superavit de recursos ordinários	<u>141.956.551.177,80</u>
	<u>17.854.086.044,10</u>

Os recursos provenientes de operações de crédito mostraram-se insuficientes para o atendimento das despesas a êles vinculadas. Esta insuficiência é assim demonstrada:

Despesa realizada com recurso em operações de crédito:		
à conta de créditos especiais	7.676.174.983,50	
à conta do orçamento	<u>363.482.665,40</u>	8.039.657.648,90
Produto de operações de crédito vinculadas		<u>3.888.212.590,70</u>
Deficit do produto de operações de crédito		<u>4.151.445.058,20</u>

A parcela de Cr\$ 6.056.031.987,70, referente à despesa realizada com suporte financeiro em recursos de exercícios anteriores, constitui-se em componente negativo na apreciação do resultado financeiro do exercício, uma vez que os recursos que lhe deram cobertura foram realizados nos anos fiscais a que se referem.

Com êstes elementos, a origem do resultado financeiro do exercício assim se evidencia:

Superavit de recursos ordinários		17.854.086.044,10
Menos:		
Decifit do produto de operações de crédito	4.151.445.058,20	
Despesa realizada à conta de recursos de exercícios anteriores	<u>6.056.031.987,70</u>	<u>10.207.477.045,90</u>
Superavit financeiro do exercício		<u>7.646.608.998,20</u>

A gestão orçamentária e as operações de natureza extra-orçamentária, as quais estão demonstradas em tópico próprio desta exposição, provocaram, nos componentes do patrimônio financeiro, inúmeras alterações, cuja síntese assim se apresenta:

a) nas disponibilidades:

situação final	8.781.382.872,50
situação inicial	<u>3.938.443.388,00</u>
aumento de disponibilidades	<u>4.842.939.484,50</u>

b) no ativo realizável:

formação de créditos	15.651.550.544,50
recebimento de créditos ...	<u>4.105.126.029,20</u>
aumento de créditos	<u>11.546.424.515,30</u>

c) na dívida flutuante:

formação de dívidas.....	58.252.792.449,10	
pagamento de dívidas	<u>49.510.037.447,50</u>	
aumento de dívidas		<u>8.742.755.001,60</u>

A soma algébrica destas variações é equivalente, como se expõe a seguir, ao resultado financeiro do exercício.

Variações ativas		
aumento de disponibilidades	4.842.939.484,50	
aumento de créditos	<u>11.546.424.515,30</u>	16.389.363.999,80
Menos:		
Variações passivas		
aumento de dívidas		<u>8.742.755.001,60</u>
Superavit financeiro do exercício		<u>7.646.608.998,20</u>

A rigor, o resultado positivo apurado deve-se ao fato de não terem sido utilizadas as dotações orçamentárias incluídas no código local 5.06.0, assim especificadas:

4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras

Dotação destinada à constituição de um Fundo para realização do Projeto Prioritário de Serviços Telefônicos Urbanos a cargo da C. R. T., encaminhado ao Governo do Estado e a ser fiscalizado pela Comissão Estadual de Comunicações	1.000.121.200,00
--	------------------

4.3.4.0 - Contribuições diversas

Para a Comissão Estadual de Energia Elétrica: Quota-parte da taxa de eletrificação e comunicações	<u>9.975.156.300,00</u>
	<u>10.975.277.500,00</u>

Estas autorizações, uma vez retificadas, deveriam suportar as despesas resultantes da integralização do capital da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações e da Companhia Estadual de Energia Elétrica, nos termos do que determinam as Leis nº 4.073, de 30 de dezembro de 1960, em seu artigo 5º, item b, e nº 4.136, de 13 de setembro de 1961, através do artigo 5º, item c, respectivamente.

Como o capital daquelas empresas, subscrito pelo Estado, já havia sido integralizado, a utilização das verbas em questão somente poderia ter sido feita mediante o aumento do capital social daquelas entidades e a competente subscrição pelo Estado. Entretanto, por motivos de ordem interna, aquelas empresas não efetivaram os referidos aumentos.

Uma vez elevado o capital daquelas entidades, teria sido possível a utilização das verbas já mencionadas, caso em que o resultado financeiro do exercício se traduziria no deficit de Cr\$ 3.328.668.501,80, praticamente inexpressivo, tendo em vista que o deficit financeiro presumível era superior a 52 bilhões de cruzeiros.

Todavia, é de se esclarecer que a despesa não imputada ao exercício de 1964 gravará o de 1965, pois trata-se da aplicação do produto da taxa de eletrificação e comunicações, receita legalmente vinculada a finalidades específicas.

2.4.0 - DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

O resultado financeiro do exercício é evidenciado, de forma resumida, mediante o confronto entre as receitas e despesas correntes e as receitas e despesas de capital, como segue:

	Receitas	Despesas
Receitas e Despesas Correntes.....	159.672.137.879,80	127.964.670.424,90
Receitas e Despesas de Capital ...	4.026.711.932,80	28.087.570.389,50
Superavit financeiro	-	7.646.608.998,20
	<u>163.698.849.812,60</u>	<u>163.698.849.812,60</u>

Este resultado pode ser decomposto através do confronto entre as entradas e saídas da mesma categoria econômica, como se demonstra:

Receitas Correntes

Receita Tributária	137.180.968.649,90	
Receita Patrimonial	284.332.650,50	
Receita Industrial	2.758.238.383,80	
Transferências Correntes	16.679.811.504,40	
Receitas Diversas	2.768.786.691,20	159.672.137.879,80

Despesas Correntes

Despesas de Custeio	85.819.516.550,10	
Transferências Correntes	42.145.153.874,80	127.964.670.424,90
Superavit do orçamento corrente		<u>31.707.467.454,90</u>

Despesas de Capital

Investimentos	3.343.708.162,10	
Inversões Financeiras	3.732.795.069,00	
Transferências de Capital	21.011.067.158,40	28.087.570.389,50

Receitas de Capital

Operações de Crédito	3.888.212.590,70	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	113.169.116,60	
Amortização de Empréstimos Concedidos	25.000.000,00	
Outras Receitas de Capital	330.225,50	4.026.711.932,80

Deficit do orçamento de capital		<u>24.060.858.456,70</u>
---------------------------------------	--	--------------------------

A conjugação destes resultados parciais revela o resultado final da execução orçamentária, como se expõe:

Superavit do orçamento corrente	31.707.467.454,90
Menos: Deficit do orçamento de capital	<u>24.060.858.456,70</u>
Superavit financeiro do exercício	<u>7.646.608.998,20</u>

Esta apuração também é evidenciada no quadro que segue:

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

RECEITA	Cr\$	Cr\$	DESPESA	Cr\$	Cr\$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Receita Tributária	137.180.968.649,90		Despesas de Custeio	85.819.516.550,10	
Receita Patrimonial	284.332.650,50		Transferências Correntes	42.145.153.874,80	127.964.670.424,90
Receita Industrial	2.758.238.383,80				
Transferências Correntes	16.679.811.504,40				
Receitas Diversas	2.768.786.691,20	159.672.137.879,80			
		<u>159.672.137.879,80</u>	Superavit		31.707.467.454,90
Superavit do orçamento corrente		31.707.467.454,90			<u>159.672.137.879,80</u>
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	3.888.212.590,70		Investimentos	3.343.708.162,10	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	113.169.116,60		Inversões Financeiras ..	3.732.795.069,00	
Amortização de Empréstimos Concedidos	25.000.000,00		Transferências de Capital	21.011.067.158,40	28.087.570.389,50
Outras Receitas de Capital	330.225,50	4.026.711.932,80			
		<u>35.734.179.387,70</u>	Superavit		7.646.808.998,20
					<u>35.734.179.387,70</u>

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

A composição sintética dos componentes patrimoniais, ao termo do exercício de 1964, é demonstrada no Balanço Patrimonial, onde se destaca, igualmente, a situação líquida resultante da soma algébrica daqueles valores.

A nova estruturação dada a esta peça pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, não abandonou a classificação do elenco patrimonial nos dois grupos fundamentais que vinham sendo mantidos até então. Assim, os seus elementos estão reunidos, qualitativamente, nos grupos financeiro e permanente.

No patrimônio financeiro classificam-se, no ativo, as disponibilidades, os créditos de tesouraria e os valores realizáveis e, no passivo, os débitos de tesouraria, a contrapartida de despesas empenhadas e não pagas e os depósitos de terceiros em moeda corrente.

O grupo permanente compreende os bens de uso especial, os valores inalienáveis e os créditos de lenta realização, como componentes positivos, e os débitos consolidados, como componentes negativos.

As contas do patrimônio financeiro, cuja situação líquida é negativa, apresentam-se assim sintetizadas:

Passivo:

Restos a Pagar	20.331.490.614,00	
Serviço da Dívida a Pagar	4.460.540.137,00	
Depósitos	1.697.825.519,00	
Débitos de Tesouraria	4.143.383.865,00	
Diversos	<u>6.095.265.585,00</u>	36.728.505.720,00

Ativo:

Disponível	8.781.382.739,00	
Realizável	<u>16.997.526.943,00</u>	<u>25.778.909.682,00</u>
Passivo financeiro descoberto		<u>10.949.596.038,00</u>

Em relação à posição apresentada no início do exercício, a extensão monetária da situação líquida negativa do patrimônio financeiro foi reduzida de Cr\$ 7.630.955.969,40, sendo responsável por tal fato o resultado da gestão orçamentária aliado a variações alheias à mesma, como se demonstra:

Passivo financeiro descoberto em 31/12/63	18.580.552.007,40
Superavit financeiro do exercício	<u>7.646.608.998,20</u>
	10.933.943.009,20

Mais:		
Superveniências passivas ...	60.619,60	
Insubsistências passivas	<u>15.593.901,50</u>	
	15.654.521,10	
Menos:		
Insubsistências ativas.....	<u>1.492,30</u>	<u>15.653.028,80</u>
		<u>10.949.596.038,00</u>

Por seu turno, a representação do patrimônio permanente e respectiva situação líquida assim se expressa:

Ativo:		
Bens móveis	5.016.589.794,00	
Bens imóveis	8.816.058.923,00	
Bens de natureza industrial	2.573.796.584,00	
Devedores por empréstimos	926.362.086,00	
Valôres inalienáveis	36.409.437.600,00	
BERGS, c/ Carteira de Crédito Agrícola	116.854.255,00	
BRDE, c/Fundo de Cooperação Financeira	2.012.564.690,00	
Valôres ativos em liquidação	13.652.222,00	
Almoxarifados	1.240.644.998,00	
Créditos	<u>4.310.013.758,00</u>	61.435.974.910,00
Passivo:		
Dívida fundada interna	20.465.049.460,00	
Dívida fundada externa	<u>5.159.814.400,00</u>	<u>25.624.863.860,00</u>
Ativo permanente líquido		<u>35.811.111.050,00</u>

A radical modificação sofrida pela situação líquida do patrimônio permanente, em relação à posição inicial, é explicada mais detalhadamente no capítulo referente à análise das variações patrimoniais.

Os valôres das situações líquidas do patrimônio financeiro e permanente, conjugados, demonstrarão, com maior clareza, o resultado patrimonial alcançado ao término do exercício, como segue:

Ativo permanente líquido	35.811.111.050,00
Passivo financeiro descoberto .	<u>10.949.596.038,00</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/64	<u>24.861.515.012,00</u>

As chamadas contas de compensação agrupam, no Balanço Patrimonial, as garantias dadas ou recebidas, os valôres nominais emitidos e outras situações que, embora estranhas à determinação do fundo patrimonial, possam vir, direta ou indiretamente, afetar o patrimônio do Estado. Estas contas podem ser assim sintetizadas:

Valôres em poder de terceiros.	8.596.745.300,00
Valôres de terceiros.....	204.798.895,00
Valôres nominais emitidos	31.248.298.620,00
Diversos	<u>8.893.351.989,00</u>
	<u>48.943.194.804,00</u>

3.1.0 - ATIVO DO ESTADO

O conjunto dos bens, dos valores e dos créditos que compõem a substância do patrimônio do Estado encontram-se distribuídos, qualitativamente, pelo ativo financeiro e permanente, conforme sejam realizáveis independentemente de autorização especial ou tenham sua mobilização ou alienação condicionada a provimento legislativo.

A análise destes conjuntos será feita a seguir, segundo os grupos a que se vinculam os diversos componentes.

3.1.1 - ATIVO FINANCEIRO

Os valores disponíveis e realizáveis, integrantes do ativo financeiro, atingiram, em 31 de dezembro de 1964, a soma de Cr\$ 25.778.909.682,00, que ultrapassou o saldo inicial em Cr\$ 16.373.770.098,30, como evidenciam os dados abaixo.

	1964	1963	aumento em 1964
Disponível	8.781.382.739,00	3.938.443.388,00	4.842.939.351,00
Realizável	<u>16.997.526.943,00</u>	<u>5.466.696.195,70</u>	<u>11.530.830.747,30</u>
	<u>25.778.909.682,00</u>	<u>9.405.139.583,70</u>	<u>16.373.770.098,30</u>

As disponibilidades de tesouraria estão repartidas da seguinte forma:

Em caixa	2.138.754.722,00
Em bancos	3.747.580.577,00
Nas exatorias	2.894.958.034,00
Em moedas e metais	89.406,00
	<u>8.781.382.739,00</u>

Por seu turno, o ativo realizável é constituído dos valores compreendidos nas seguintes contas:

Devedores Diversos	15.253.645.149,00
Suprimentos Autorizados	1.484.118.053,00
Prefeituras, c/Contribuições	484.463,00
Prefeituras, c/Devedoras ...	163.902.365,00
Valôres do Estado	38.832.786,00
Diversos Responsáveis	56.544.127,00
	<u>16.997.526.943,00</u>

Os numerosos e detalhados quadros que acompanham o Balanço de compõem os títulos acima alinhados. Entretanto, é oportuno tecer algumas consi

derações sobre sua origem e significação.

Sob o título "Devedores Diversos", aparecem com débitos mais significativos: a Companhia Estadual de Energia Elétrica, com Cr\$ 12.242.558.121,00, provenientes da entrega, por antecipação, de 90 % do produto da taxa de eletrificação e comunicações; os devedores do Departamento de Imprensa Oficial, notadamente repartições estaduais, com Cr\$ 1.223.339.586,00; o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., com Cr\$ 834.735.563,00, sendo Cr\$ 400.000.000,00 a título de provisão para resgate de empréstimos por antecipação da receita, ... Cr\$ 421.782.789,00 de entregas feitas para a formação do capital da Carteira de Crédito Agrícola, Cr\$ 11.501.784,00 de depósitos feitos para o atendimento de empréstimos consolidados e Cr\$ 1.450.990,00 relativos à liquidação do acervo do extinto Banco Pelotense; a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, com Cr\$ 750.634.591,00, como antecipação de 10 % do produto da taxa de eletrificação e comunicações; a Caixa Econômica Estadual, com Cr\$ 149.758.000,00, vinculados à desapropriação da Companhia Telefônica Nacional; o Departamento da Loteria do Estado, com Cr\$ 15.939.252,00, referentes ao saldo da renda líquida de 1964.

Em "Suprimentos Autorizados", registram-se, entre outros, os débitos de várias autarquias, decorrentes, em sua quase totalidade, de entregas feitas pelo Tesouro, por conta de contribuições previstas em créditos especiais abertos, mas ainda não processadas, destacando-se: Cr\$ 542.089.327,00, devidos pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem; Cr\$ 431.976.801,00, pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais; e Cr\$ 169.219.775,00, pelo Instituto Rio-Grandense do Arroz.

Além dos débitos já referidos, salientam-se ainda: Cr\$ 240.792.008,00, devidos pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul, relativos às entregas feitas pelo Tesouro, destinadas ao atendimento de encargos de responsabilidade do Estado e cuja liquidação se encontra na dependência de encontro de contas a ser efetuado, nos termos da rescisão do contrato de arrendamento; e Cr\$ 96.803.817,00, pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, entregues pelo Tesouro a título de adiantamento dos créditos desta autarquia, por fornecimento de carne a repartições do Estado.

Reúnem-se, sob o título "Prefeituras, c/Contribuições", as responsabilidades de várias Prefeituras, provenientes de contribuições devidas ao Estado, sobressaindo as seguintes: Cr\$ 229.481,00 da Prefeitura de Tórres; Cr\$ 88.389,00 da Prefeitura de Vacaria; Cr\$ 45.314,00 da Prefeitura de Jaguari; e Cr\$ 45.000,00 da Prefeitura de General Vargas.

No montante de Cr\$ 163.902.365,00, soma dos débitos de várias origens, contabilizados em "Prefeituras, c/Devedoras", inclui-se, como parcela de maior vulto, a de Cr\$ 159.013.676,00, devida pela Prefeitura de Pôrto Alegre.

Merecem destaque, ainda, as parcelas de Cr\$ 2.744.669,00 e Cr\$ 1.000.000,00, devidas pelas Prefeituras de São Gabriel e de Roca Sales, respectivamente.

Estão compreendidos em "Valôres do Estado" os títulos de renda pertencentes ao Estado, por seu valor nominal, distinguindo-se os seguintes: Letras de Importação do Banco do Brasil S. A., do valor de Cr\$ 21.895.000,00; 12.310 ações da Cia. Brasileira do Cobre; 2.240 debêntures da Cia. Indústrias Gerais, Obras e Terras; e 2.000 ações da Sociedade de Materiais Pró-Casa Popular.

Sob o título "Diversos Responsáveis", estão contabilizadas as responsabilidades de numerosos servidores, resultantes de glosas impostas por pagamentos indevidos e receitas não arrecadadas.

3.1.2 - ATIVO PERMANENTE

Os bens de uso especial, os créditos de lenta realização, os valores gravados com a cláusula de inalienabilidade e outras inversões encontram-se reunidos neste grupo. Totalizando Cr\$ 61.435.974.910,00 ao término do exercício, apresentam, em relação ao saldo inicial, o expressivo aumento de Cr\$ 42.200.870.045,20.

Os bens físicos do Estado, inscritos sob os títulos "Móveis e Utensílios", "Próprios do Estado" e "Bens de Natureza Industrial", não possuem inventários completos. Tal fato, porém, não ocorre com os materiais em depósito, escriturados na conta "Almoxarifados", inventariados analiticamente e sob rigoroso controle físico e contábil.

Sob o título "Valores Inalienáveis", contabilizam-se as participações do Estado na constituição do capital de várias entidades. Com o montante de Cr\$ 36.409.437.600,00, este título acusa um acréscimo de Cr\$ 33.138.226.242,90 sobre o saldo apurado em 31 de dezembro de 1963. Isto é devido, particularmente, à incorporação dos bens da Comissão Estadual de Energia Elétrica, como participação do Estado, no capital da Companhia Estadual de Energia Elétrica e ao aumento de capital ocorrido no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., nos valores de Cr\$ 29.496.000.000,00 e Cr\$ 3.402.127.000,00, respectivamente.

Estes valores assim se discriminam:

Ações do Banco do Estado do R. G. do Sul S. A.	4.234.300.000,00
Ações da VARIG S. A.	126.000.000,00
Ações da Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás	365.157.600,00
Quota de capital do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	40.000.000,00
Ações da Aços Finos Piratini S. A.	399.330.000,00
Ações da Cia. Rio-Grandense de Telecomunicações	1.248.650.000,00
Ações da Açúcar Gaúcho S. A.	500.000.000,00
Ações da Cia. Estadual de Energia Elétrica	29.496.000.000,00
	<u>36.409.437.600,00</u>

Sob o título "Créditos", do Balanço Patrimonial, reúnem-se os créditos de lenta realização, assim discriminados:

Dívida Ativa	1.918.149.179,00
Prefeituras, c/Empréstimo Externo 1927	337.170.388,00
Prefeituras, c/Empréstimo Conversão da Dívida Externa .	2.005.822.391,00
Governo Federal, c/Responsabilidades Diversas	48.871.800,00
Devedores por Empréstimos	926.362.086,00
	<u>5.236.375.844,00</u>

A expressão monetária da conta "Dívida Ativa" acusa um acréscimo, em relação ao saldo do exercício anterior, da ordem de Cr\$ 553.789.666,50.

A responsabilidade das Prefeituras, decorrente de empréstimos externos, embora venha sendo amortizada regularmente, na proporção das remessas feitas pelo Tesouro Nacional aos agentes pagadores no exterior, teve sua posição acrescida de Cr\$ 2.340.239.819,10, em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 1963. Tal fato é devido, exclusivamente, ao disposto no artigo 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que manda realizar a con

versão dos débitos e créditos em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente ao término do exercício,

Sob o título "Governo Federal, c/Responsabilidades Diversas", englobam-se os débitos do Governo Federal, decorrentes, na sua maioria, de capital aplicado pelo Estado na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, que deverá ser restituído em face do t ermo de rescisão do contrato de arrendamento.

Contabilizam-se, na conta "Devedores por Empréstimos", os seguintes créditos do Estado: Cr\$ 600.000.000,00, devidos pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, resultantes do convênio firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econ mico, em 22/6/60; Cr\$ 175.000.000,00, pela Prefeitura de Rio Grande; Cr\$ 148.760.859,00, pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, incluídos no contrato de unifica o e consolida o de dívidas que o Estado firmou com o Banco do Brasil S. A., em 11/8/60; Cr\$ 1.104.813,00, pela Prefeitura de Pelotas, relativos ao Empréstimo Externo de 1911;..... Cr\$ 844.489,00, pela Varig S. A.; e Cr\$ 651.925,00, pelos Serviços Telefônicos Retomados.

Englobados como "Diversos", figuram os valores contabilizados nas demais contas integrantes da substância patrimonial que, por seu conteúdo, não encontram classifica o nos títulos já analisados. Essas contas somavam, ao término do exercício, Cr\$ 3.383.716.165,00, assim distribuídos:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Carteira de Crédito Agrícola	116.854.255,00
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Coopera�o Financeira	2.012.564.690,00
Valores Ativos em Liquida�o	13.652.222,00
Almoxarifados	1.240.644.998,00
	<u>3.383.716.165,00</u>

As inversões do Estado na carteira especializada instituída pela Lei n  2.910, de 20 de agosto de 1956, aparecem no título "Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Carteira de Crédito Agrícola".

Sob o título "Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, c/Fundo de Coopera o Financeira", registram-se as contribui es feitas pelo Estado, por fôrça das disposi es do   1  do artigo 5  do Decreto Legislativo n  1.528, de 21 de agosto de 1961, cuja soma atinge Cr\$ 2.012.564.690,00.

Os "Valores Ativos em Liquida o" constituem remanescentes do acervo do extinto Banco Pelotense, cuja liquida o vem sendo realizada pelo Estado.

Por sua vez, acusando Cr\$ 1.240.644.998,00, a conta "Almoxarifados" reúne os materiais em depósito nos 26 almoxarifados, cuja movimenta o vem sendo rigorosamente controlada pela Contadoria Geral do Estado.

3.2.0 - DÍVIDAS DO ESTADO

Ao término do exercício de 1964, assim se apresentava, sinteticamente, a contra-substância do patrimônio estadual:

Dívida Fundada Externa..	5.159.814.400,00
Dívida Fundada Interna ..	20.465.049.460,00
Dívida Flutuante	<u>36.728.505.720,00</u>
	<u>62.353.369.580,00</u>

O comportamento da dívida pública estadual, no último quinquênio, é evidenciado pelos números a seguir alinhados, em valores absolutos e relativos:

Dívida Fundada Externa		Índice
1960	8.146.077.90	100
1961	6.791.591,80	83
1962	6.509.796,40	80
1963	5.720.422,20	70
1964	5.159.814.400,00	633

Dívida Fundada Interna

	Empréstimos		Total	Índice
	em apólices	contratados		
1960	1.486.076.000,00	4.170.141.065,10	5.656.217.065,10	100
1961	1.473.183.500,00	9.458.874.561,10	10.932.058.061,10	193
1962	2.436.182.000,00	11.977.113.627,30	14.413.295.627,30	255
1963	4.543.674.500,00	16.342.952.898,70	20.886.627.398,70	369
1964	6.715.196.000,00	13.749.853.460,00	20.465.049.460,00	362

Dívida Flutuante		Índice
1960	5.800.880.476,00	100
1961	9.685.343.965,30	167
1962	13.607.385.261,20	235
1963	27.985.691.591,10	482
1964	36.728.505.720,00	633

A dívida fundada externa, cujo montante, no início do exercício, era de Cr\$ 5.720.422,20, apresenta, em 31 de dezembro de 1964, o valor de Cr\$ 5.159.814.400,00. O acréscimo verificado, da quantia de Cr\$ 5.154.093.977,80, decorre da observância do disposto no artigo 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que manda realizar a conversão dos débitos e créditos em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente no encerramento do exercício.

A dívida fundada interna, que vinha sofrendo acentuados aumentos a partir de 1961, acusou, no exercício de 1964, uma redução global da ordem de Cr\$ 421.577.938,70, resultante da diferença ocorrida entre o acréscimo verifi-

cado nos empréstimos em apólices e a redução nos empréstimos mediante contrato.

A redução global pode ser assim demonstrada:

Redução dos empréstimos contratados...	2.593.099.438,70
Acréscimo dos empréstimos em apólices	<u>2.171.521.500,00</u>
Redução global da dívida fundada interna	<u>421.577.938,70</u>

Os compromissos flutuantes do Estado apresentaram, nos três primeiros anos do quinquênio considerado, um crescimento praticamente uniforme. Em 1963, seu incremento, em relação ao ano anterior, foi superior a 100 %, caindo um pouco em 1964, embora se tenha revelado bastante elevado em valôres absolutos.

O aumento ocorrido na dívida flutuante resulta da conjugação do resultado financeiro apurado no exercício com o aumento do ativo financeiro e com as retificações de natureza extra-orçamentária sofridas pelo patrimônio financeiro.

Excluídas estas últimas, por constituírem parcelas insignificantes, o quadro abaixo demonstra, em bilhões de cruzeiros, a influência daqueles fatôres no aumento da dívida flutuante, no último lustro.

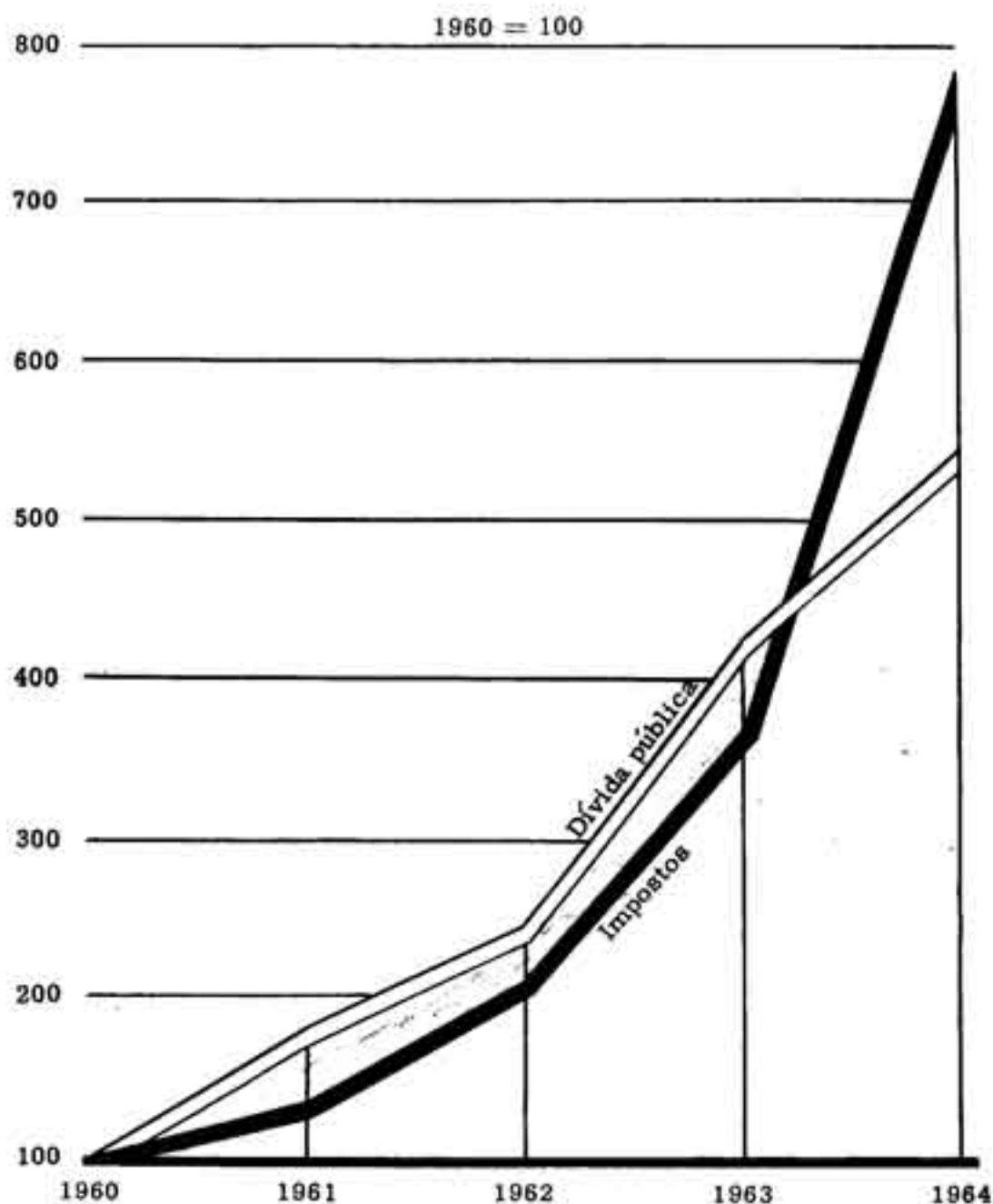
	Dívida Flutuante		Ativo Financeiro		Resultado financeiro
	Posição	Aumento no ano	Posição	Aumento no ano	
1960	5,8	-	2,3	-	-
1961	9,7	3,9	4,7	2,4	- 1,5
1962	13,6	3,9	6,2	1,5	- 2,4
1963	27,9	14,3	9,4	3,1	- 11,2
1964	36,7	8,8	25,8	16,4	+ 7,6

Em números absolutos e relativos, evidencia-se, a seguir, comparativamente e durante os últimos cinco anos, o crescimento da dívida pública e dos impostos, principal fonte de recursos com que conta o Estado para o atendimento das despesas.

	Impostos	Índice	Dívida pública	Índice
1960	11.516.816.544,50	100	11.465.243.619,00	100
1961	15.647.691.465,60	136	20.624.193.618,20	180
1962	24.282.185.439,00	211	28.027.190.684,90	244
1963	42.516.374.878,10	369	48.878.039.412,00	426
1964	90.242.122.520,50	784	62.353.369.580,00	544

A evolução da dívida pública, em relação aos impostos, é representada gráficamente a seguir.

ÍNDICES DA DÍVIDA PÚBLICA E DA RECEITA DE IMPOSTOS



Os dispêndios anuais realizados pelo Estado com a dívida pública, excluído o pagamento de despesas de exercícios anteriores, atingiram os valores e índices abaixo alinhados, nos últimos cinco anos:

Ano	Valor	Índice
1960	495.737.240,80	100
1961	1.529.339.400,90	308
1962	1.731.415.109,30	349
1963	2.582.592.175,60	521
1964	6.920.365.790,20	1.396

Nesse período, os gastos desta natureza absorveram somas da receita de impostos, equivalentes aos seguintes percentuais:

1960	4,30 %
1961	9,77 %
1962	7,13 %
1963	6,07 %
1964	7,67 %

3.2.1 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA

O valor da dívida fundada externa, expresso em moeda estrangeira, não sofreu alteração no exercício em exame. Deve-se êste fato à falta de comunicação, por parte do Governo da União, dos resgates realizados. Como se sabe, o serviço da dívida externa é atendido pelo Governo Federal, através do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão do Ministério da Fazenda, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943.

A variação dêsses débitos, em moeda corrente nacional, deve-se, como já foi dito, ao cumprimento de dispositivo de lei federal.

Os saldos da dívida externa, constantes do Balanço Geral de 1964, discriminam-se abaixo, comparados com as emissões iniciais:

Empréstimo em dólares	US\$	Cr\$
Emissão	47.000.000,00	85.305.000.000,00
Amortização	44.456.000,00	80.687.640.000,00
Em circulação	<u>2.544.000,00</u>	<u>4.617.360.000,00</u>
Empréstimo em libras	£	Cr\$
Emissão	600.000-00-00	2.716.800.000,00
Amortização	480.200-00-00	2.174.345.600,00
Em circulação	<u>119.800-00-00</u>	<u>542.454.400,00</u>

Não obstante o fato de não ter sido recebida a comunicação dos resgates, foi imputado à despesa o valor do serviço de amortização, juros e outros encargos da dívida externa, no montante de Cr\$ 335.014.990,20.

3.2.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Em 31 de dezembro de 1964, a dívida fundada interna somou Cr\$ 20.465.049.460,00, assim desdobrados, segundo os credores:

Portadores de apólices	6.715.196.000,00
Governo Federal	7.724.664.943,00
Banco do Brasil S. A.	2.750.827.520,00
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. ..	1.691.582.389,00
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul	939.656.786,00
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	600.000.000,00
Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro...	43.121.822,00
	<u>20.465.049.460,00</u>

A dívida fundada interna apresentou, no ano de 1964, uma redução de Cr\$ 421.577.938,70, equivalente a 2,02 % do saldo existente ao término do exercício financeiro de 1963. O decréscimo verificado corresponde à diferença entre a redução da dívida conseqüente dos resgates efetuados e o aumento da dívida resultante das operações de crédito realizadas, consideradas, ainda, as insubsistências ativas, decorrentes da eliminação das frações de cruzeiro, por força da Lei Federal nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964.

O aumento da dívida resulta da realização das seguintes operações de crédito:

Apólices lançadas em circulação:

Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59 (incluídos Cr\$ 2.362.275,40 de deságio por lançamentos abaixo do par)	22.788.000,00	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62 (incluídos Cr\$ 1.142.133,90 de deságio por lançamentos abaixo do par)	967.979.000,00	
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - 1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63 (incluídos Cr\$ 23.022.000,00 de deságio por lançamentos abaixo do par)	<u>2.923.972.000,00</u>	
Aumento da dívida		<u>3.914.739.000,00</u>

A redução da dívida provém dos resgates efetuados, que assim se discriminam:

Resgate de apólices ao portador:

Empréstimo Debêntures da Escola de Engenharia (417 debêntures de Cr\$ 500,00 cada uma)	208.500,00	
Empréstimo Encampação do Banco Pelotense (8.882 apólices de Cr\$ 500,00 cada uma)	4.441.000,00	
Empréstimo Saneamento (500 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	500.000,00	
Empréstimo Eletrificação - 2a. e missão (759 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	759.000,00	
Empréstimo Obras e Investimentos (6.444 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	6.444.000,00	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59 (929.751 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	929.751.000,00	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61 (111.232 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	111.232.000,00	
Empréstimo II Plano de Obras do Estado - 6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62 (545.384 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	545.384.000,00	
Empréstimo Programa Preliminar de Investimentos - 1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63 (144.498 apólices de Cr\$ 1.000,00 cada uma)	<u>144.498.000,00</u>	1.743.217.500,00

Resgate de empréstimos contratados:

Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro:

Empréstimo Saneamento	1.667.669,90	
Empréstimo de 50 milhões de cruzeiros	9.731.293,70	
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A.:		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	19.046.348,00	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	777.184.128,10	
Empréstimo Consolidação	1.197.455.211,60	
Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul:		
Empréstimo Hipotecário	1.067.258,30	
Empréstimo Saneamento	18.740.360,10	
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	48.308.560,80	
Banco do Brasil S. A.:		
Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas	318.917.231,70	
Governo Federal:		
Empréstimo Conversão da Dívida Externa em dólares	949.217,70	
Empréstimo Conversão da Dívida Externa em libras	32.154,50	
Empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros	<u>200.000.000,00</u>	2.593.099.434,40
Insubsistências ativas decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 4.511, de 19/12/64, que determinou a extinção das frações de cruzeiro		<u>4,30</u>
Redução da dívida		<u><u>4.336.316.938,70</u></u>
<p>Sinteticamente, a redução da dívida fundada interna demonstra-se como segue:</p>		
Redução da dívida:		
Resgates:		
Empréstimos contratados	2.593.099.434,40	
Empréstimos em apólices	<u>1.743.217.500,00</u>	4.336.316.934,40
Insubsistências ativas		<u>4,30</u>
		<u><u>4.336.316.938,70</u></u>
Aumento da dívida:		
Operações de crédito realizadas:		
Empréstimos em apólices		<u>3.914.739.000,00</u>
Redução líquida		<u><u>421.577.938,70</u></u>

As apólices das emissões II Plano de Obras do Estado e Programa Preliminar de Investimentos, que se encontravam em circulação em 31 de dezembro de 1964, distribuíam-se, de acordo com a respectiva série e vencimentos, da seguinte forma:

II Plano de Obras

1a. série

Ano	Mês		
1965	abril	204.268.000,00	
	outubro	153.889.000,00	
1966	abril	37.241.000,00	
	outubro	36.957.000,00	
1967	abril	15.506.000,00	
	outubro	15.050.000,00	
1968	abril	6.149.000,00	
	outubro	14.354.000,00	
1969	abril	2.617.000,00	
	outubro	14.671.000,00	
1970	outubro	<u>5.000.000,00</u>	505.702.000,00

4a. série

Ano	Mês		
1965	março	31.781.000,00	
	setembro	14.390.000,00	
1966	março	13.640.000,00	
	setembro	3.440.000,00	
1967	março	3.432.000,00	
	setembro	3.350.000,00	
1968	março	<u>125.000,00</u>	70.158.000,00

6a. série

Ano	Mês		
1965	março	166.897.000,00	
	setembro	433.860.000,00	
1966	março	82.514.000,00	
	setembro	337.856.000,00	
1967	março	23.218.000,00	
	setembro	335.564.000,00	
1968	março	16.857.000,00	
	setembro	<u>13.512.000,00</u>	1.410.278.000,00
			<u>1.986.138.000,00</u>

Programa Preliminar de Investimentos

1a. série

Ano	Mês	
1965	março	347.693.000,00
	setembro	328.661.000,00
1966	março	793.427.000,00
	setembro	725.247.000,00
1967	março	567.297.000,00
	setembro	663.821.000,00
1968	março	520.027.000,00
	setembro	476.819.000,00
1969	março	42.673.000,00
	setembro	36.104.000,00
1970	março	16.080.000,00
	setembro	17.824.000,00
1971	março	3.330.000,00
	setembro	3.370.000,00

1972	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1973	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1974	março	2.000.000,00	
	setembro	2.000.000,00	
1975	março	2.000.000,00	
	setembro	<u>2.000.000,00</u>	<u>4.558.373.000,00</u>

3.2.3 - DÍVIDA FLUTUANTE

Ao término do exercício de 1964, a dívida flutuante do Estado elevava-se a Cr\$ 36.728.505.720,00 e pode ser assim decomposta:

Restos a Pagar	20.331.490.614,00
Serviço da Dívida Externa	734.120.925,00
Serviço da Dívida Interna	3.726.318.524,00
Serviço da Dívida Flutuante	100.688,00
Depósitos	1.697.825.519,00
Débitos de Tesouraria	4.143.383.865,00
Credores Diversos	2.089.756.043,00
Cheques a Pagar	212.086.029,00
Contribuições para Autarquias	3.737.522.814,00
Prefeituras, c/Contribuições do Estado	14.584.000,00
Outras contas	<u>41.316.699,00</u>
	<u>36.728.505.720,00</u>

O aumento do valor destes débitos, em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 1963, foi de Cr\$ 8.742.814.128,90, que resulta da conjugação dos seguintes fatores: deficit financeiro do exercício, aumento do ativo financeiro - compreendendo disponibilidades e créditos - e variações estranhas à gestão - de que foi passível o patrimônio financeiro.

Este aumento pode ser demonstrado da seguinte forma:

Formação de dívidas	58.252.792.449,10
Menos: Pagamento de dívidas	<u>49.510.037.447,50</u>
	8.742.755.001,60
Mais: Variações extra-orçamentárias líquidas, no passivo financeiro	<u>59.127,30</u>
	<u>8.742.814.128,90</u>

Para melhor entendimento será feita, a seguir, uma breve análise das contas que compõem a dívida administrativa do Estado.

Restos a Pagar - No saldo acusado por este título, no montante de
 Cr\$ 20.331.490.614,00, estão compreendidos
 Cr\$ 2.387.018.966,00 de resíduos de exercícios anteriores e
 Cr\$ 17.944.471.648,00 de resíduos apurados em 1964, como se discrimina:

Contas a Pagar	1.962.003.017,00
Vencimentos a Pagar ..	7.453.366.383,00
Fôlhas a Pagar	120.107.911,00
Empenhos a Liquidar ..	8.408.994.337,00

As quantias contabilizadas como vencimentos a pagar e fôlhas a pagar correspondem, em sua quase totalidade, a vantagens de pessoal, relativas ao mês de dezembro, não atendidas no exercício.

A parcela classificada como empenhos a liquidar configura compromissos condicionais de pagamento, dependentes que são da comprovação de direitos creditórios, ultimação de fornecimentos ou prestação de serviços.

Serviço da Dívida Externa - Os compromissos escriturados nesta conta, no valor de Cr\$ 734.120.925,00, referem-se ao serviço de amortização, juros e despesas diversas da dívida fundada externa. Tais débitos, relativos aos exercícios de 1957 a 1964, inclusive, são devidos ao Governo Federal que, nos termos do Decreto-Lei Federal nº 6.019, de 23 de novembro de 1943, efetua, por adiantamento, as remessas aos agentes pagadores no exterior.

Serviço da Dívida Interna - Os juros, amortizações e outros encargos vencidos e relativos aos empréstimos internos grupam-se nesta conta. Estes compromissos, no valor de Cr\$ 3.726.318.524,00, assim se discriminam, segundo os credores: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., Cr\$ 855.702.990,00; Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, Cr\$ 18.914.694,00; Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, Cr\$ 12.028.617,00; Banco do Brasil S. A., Cr\$ 2.220.455.627,00; Governo Federal, Cr\$ 344.627.024,00; e portadores de apólices, Cr\$ 274.589.572,00, relativos ao valor das apólices chamadas a resgate e dos cupons de juros vencidos em diversos anos, que se acham à disposição dos respectivos portadores.

Serviço da Dívida Flutuante - O saldo desta conta, no valor de Cr\$ 100.688,00, refere-se a juros da dívida flutuante, penderes de pagamento.

Depósitos - Sob este título, agrupam-se depósitos específicos e depósitos de diversas origens, nos valores de Cr\$ 976.795.511,00 e Cr\$ 721.030.008,00, respectivamente. A discriminação dos depósitos específicos, feita a seguir, dispensa, por sua intitulação, maiores explicações sobre sua origem e conteúdo:

Depósitos de Consignatários..	854.818.749,00
Depósitos de Responsáveis...	159.208,00
Retenções	19.786.182,00
Cauções.....	42.898.184,00
Depósitos Públicos e Judiciais	4.773.522,00
Depósitos de Autarquias	54.359.666,00
	<u>976.795.511,00</u>

Em depósitos de diversas origens, escriturados sob o título "Depósitos Diversos", englobam-se entradas monetárias realizadas, por sua natureza, à margem do orçamento, destacando-se as seguintes: Cr\$ 40.588.749,00 de comissão da dívida ativa; Cr\$ 115.197.217,00 de diferenças de vantagens decorrentes das Leis nºs. 4.467/62 e 4.242/61; Cr\$ 414.098.693,00 de tributos diversos; Cr\$ 45.054.034,00 devidos ao Instituto de Previdência do Estado por força da Lei nº 3.096/56; Cr\$ 13.074.602,00 recebidos do Governo Federal como auxílio às vítimas da enchente verificada no município de Rio Grande; Cr\$ 8.154.513,00 da Petróleo Brasileiro S. A., c/Ação de Imissão de Pcsse; Cr\$ 11.035.082,00 de vencimentos não reclamados. O saldo distribui-se por outras contas de menor significação.

Débitos de Tesouraria - Este título, com o saldo de Cr\$ 4.143.383.865,00, assim se discrimina:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., c/Antecipação da Receita	1.982.150.615,00
Letras do Tesouro	<u>2.161.233.250,00</u>
	<u>4.143.383.865,00</u>

A primeira conta dêste grupo tem perfeitamente esclarecida, na sua denominação, a natureza dos ingressos extra-orçamentários que nela se contabilizam. Já a segunda merece um exame mais detalhado, que se faz a seguir.

Letras do Tesouro - Em 31 de dezembro de 1964, o valor das Letras do Tesouro, em circulação, era da ordem de Cr\$ 2.161.233.250,00, verificando-se, em relação ao saldo existente no início do período, uma redução de Cr\$ 1.313.027.650,00.

É responsável por essa diminuição o maior volume de resgates em contraste com os lançamentos havidos no exercício, respectivamente, dos valores de Cr\$ 6.156.764.750,00 e Cr\$ 4.843.737.100,00. Do valor dos títulos resgatados, Cr\$ 2.682.784.850,00 foram subscritos em 1964.

Excluindo-se a parcela de Cr\$ 281.000,00, que se refere a títulos tomados em 1958 e ainda não apresentados para resgate, os valores em circulação correspondem à emissão autorizada pela Lei nº 3.785, de 30 de julho de 1959, alterada pelas de nºs. 3.906 e 4.552, de 6 de fevereiro de 1960 e 16 de setembro de 1963, respectivamente, discriminando-se, segundo seus vencimentos, da seguinte forma:

Letras vencidas até 31/12/64		117.027.400,00
Letras a vencer		
janeiro	489.742.450,00	
fevereiro	489.639.450,00	
março	555.099.250,00	
abril	163.007.900,00	
maio	138.734.900,00	
junho	109.734.900,00	
julho	<u>97.966.000,00</u>	<u>2.043.924.850,00</u>
Saldo em circulação		<u>2.160.952.250,00</u>

Credores Diversos - Registram-se, neste título, débitos do Estado do valor de Cr\$ 2.089.756.043,00.

Por seu vulto, merecem destaque as parcelas discriminadas a seguir, devidas às seguintes entidades: Companhia Estadual de Energia Elétrica, Cr\$ 1.032.014.000,00, provenientes de contribuições em apólices não entregues; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., Cr\$ 512.080.791,00, de que Cr\$ 423.431.000,00 se referem à parcela do aumento de capital subscrito pelo Estado, a integralizar, e Cr\$ 88.649.791,00, ao fundo da Carteira de Crédito Agrícola; Aços Finos Piratini S. A., Cr\$ 197.178.042,00, correspondentes à parcela do capital subscrito pelo Estado, a integralizar; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Cr\$ 169.247.402,00, relativos ao saldo da contribuição decorrente da taxa de investimentos da pecuária; Viação Férrea do Rio Grande do Sul, Cr\$ 123.044.580,00, referentes ao passivo encampado pelo Estado, nos termos da Lei nº 2.405, de 14 de agosto de 1954.

Cheques a Pagar - Nesta conta estão compreendidos cheques de pagamento de vantagens de pessoal, no valor de Cr\$ 212.086.029,00, sendo que a maior parte dos mesmos se refere a vantagens do mês de dezembro.

Contribuições para Autarquias - As contribuições concedidas às autarquias figuram nesta conta pelos saldos não entregues, na soma de Cr\$ 3.737.522.814,00. São credores deste montante, os seguintes órgãos: Instituto de Previdência do Estado, Cr\$ 1.826.048.716,00; Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Cr\$ 1.256.606.940,00; Comissão Estadual de Silos e Armazéns, Cr\$ 334.902.859,00; Instituto Tecnológico do Rio Grande do Sul, Cr\$ 123.183.632,00; Departamento Autônomo de Carvão Mineral, Cr\$ 5.815.667,00; Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul, Cr\$ 190.965.000,00.

Prefeituras, c/Contribuições do Estado - Os créditos das Prefeituras Municipais, decorrentes das contribuições previstas no artigo 18 da Constituição do Estado, denominadas quotas de retorno, acham-se contabilizados nesta conta. Do saldo de Cr\$ 14.584.000,00, existente em 31 de dezembro de 1964, Cr\$ 5.084.000,00 correspondem a contribuições de 1964 e os restantes Cr\$ 9.500.000,00, a resíduos de exercícios anteriores.

Outras contas - As demais contas integrantes da dívida flutuante totalizaram a quantia de Cr\$ 41.316.699,00. Compreendem-se nesta soma os créditos de Prefeituras Municipais, relativos aos remanescentes do imposto territorial, no montante de Cr\$ 10.969.981,00, e do imposto de indústrias e profissões, no valor de Cr\$ 233.664,00. O saldo distribui-se pelo Fundo de Estoque de Material e pelos empenhos efetuados à conta daquele Fundo, nas importâncias de Cr\$ 6.045.851,00 e Cr\$ 24.067.203,00, respectivamente.

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

No decurso do ano fiscal de 1964, o patrimônio administrativo foi passível de variações positivas e negativas que, balanceadas, conduzem ao resultado patrimonial do exercício, como segue:

Variações ativas	216.334.538.459,20
Variações passivas..	<u>171.235.228.483,70</u>
Superavit patrimonial	<u>45.099.309.975,50</u>

O resultado apurado será melhor compreendido se decomposto segundo a origem das variações que o determinaram, isto é, conforme decorram elas ou não da execução orçamentária.

Com êsse propósito, inicia-se pelo exame do resultado parcial oriundo das variações resultantes da execução orçamentária, as quais assim se apresentam:

a) Positivas

Receita orçamentária		163.698.849.812,60
Menos: Mutações patrimoniais da receita:		
Cobrança da dívida ativa	1.303.969.868,90	
Alienação de bens móveis	6.327.900,00	
Alienação de bens imóveis	106.841.216,60	
Alienação de títulos e valores	330.225,50	
Empréstimos tomados	3.888.212.590,70	
Recebimento de créditos	<u>25.000.000,00</u>	<u>5.330.681.801,70</u>
Receita efetiva		<u>158.368.168.010,90</u>

b) Negativas

Despesa orçamentária		156.052.240.814,40
Menos: Mutações patrimoniais da despesa:		
Aquisição de bens móveis	1.701.194.905,70	
Construção e aquisição de bens imóveis	2.559.062.854,10	
Construção e aquisição de bens de natureza industrial	270.653.375,60	
Aquisição de títulos e valores	1.033.971.042,90	
Amortização de dívidas	4.336.316.934,40	
Formação de créditos	<u>1.163.962.750,00</u>	<u>11.065.161.862,70</u>
Despesa efetiva		<u>144.987.078.951,70</u>

Do cotejo da receita e da despesa efetivas, surge o primeiro resultado parcial, assim expresso:

Receita efetiva	158.368.168.010,90
Despesa efetiva	<u>144.987.078.951,70</u>
Superavit patrimonial da gestão orçamentária	<u>13.381.089.059,20</u>

A outra parcela do resultado global provém das variações independentes da execução orçamentária, que assim se desdobram:

a) Positivas

No patrimônio permanente:

Inscrição da dívida ativa	1.857.759.536,30	
Inscrição de outros créditos ..	34.468.935.019,10	
Incorporação de bens móveis .	126.446.156,90	
Incorporação de bens imóveis .	16.886.500,00	
Incorporação de almoxarifados	26.465.536,70	
Entradas de almoxarifados....	5.074.032.537,90	
Decorrentes da Lei Federal nº 4.511, de 1/12/64	<u>4,30</u>	41.570.525.291,20

No patrimônio financeiro:

Decorrentes da Lei Federal nº 4.511, de 1/12/64..	<u>1.492,30</u>
	<u>41.570.526.783,50</u>

b) Negativas

No patrimônio permanente:

Inscrição de dívidas passivas .	5.180.620.387,10	
Cancelamento de créditos	24.150.386,90	
Saídas de almoxarifados	4.631.880.506,30	
Decorrentes da Lei Federal nº 4.511, de 1/12/64	<u>65,80</u>	9.836.651.346,10

No patrimônio financeiro:

Cancelamento de créditos	15.593.645,00	
Inscrição de dívidas	60.619,60	
Decorrentes da Lei Federal nº 4.511, de 1/12/64	<u>256,50</u>	15.654.521,10
		<u>9.852.305.867,20</u>

O confronto destas variações revela o segundo resultado parcial:

Variações independentes da execução orçamentária:

Positivas	41.570.526.783,50
Negativas	<u>9.852.305.867,20</u>
Superavit patrimonial extra-orçamentário	<u>31.718.220.916,30</u>

A reunião dos dois resultados parciais, que se acabam de analisar, evidencia o resultado final, objeto de determinação na demonstração das variações patrimoniais, como se vê:

Superavit patrimonial da gestão orçamentária.....	13.381.089.059,20
Superavit patrimonial extra-orçamentário.....	<u>31.718.220.916,30</u>
Superavit patrimonial do exercício	<u>45.099.309.975,50</u>

O excepcional resultado alcançado fêz com que se invertesse a posição da situação líquida patrimonial que, de negativa, passou a positiva, conforme se demonstra:

Superavit patrimonial de 1964	45.099.309.975,50
Menos: Passivo Real Descoberto em 31/12/63	<u>20.237.794.963,50</u>
Ativo Real Líquido em 31/12/64	<u>24.861.515.012,00</u>

Cumprе ressaltar que a última situação líquida positiva do patrimônio do Estado, na quantia de Cr\$ 114.761.680,70, foi apurada no ano de 1951.

O resultado patrimonial de 1952, que absorveu o ativo líquido transportado de 1951, teve como principal causa determinante a desincorporação de elementos ativos transferidos à Comissão Estadual de Energia Elétrica, em virtude de sua autarquização.

Em 1964, o fato que contribuiu de forma mais expressiva para a obtenção do resultado patrimonial apurado foi a incorporação, ao patrimônio do Estado, de valores ativos pertencentes à referida autarquia, sob a forma de capital do Estado na Companhia Estadual de Energia Elétrica, que sucedeu aquela Comissão, no montante de Cr\$ 29.496.000.000,00.

5 - APURAÇÃO DO DESCOBERTO FINANCEIRO EM 31/12/64

As deficiências financeiras acumuladas somavam, ao termo de 1964, Cr\$ 22.094.116.512,00. Em relação às existentes no início do ano fiscal, verifica-se uma recuperação parcial da ordem de Cr\$ 1.581.899.129,20.

A apuração do descoberto financeiro é analiticamente demonstrada a seguir, observando-se a fórmula técnica já consagrada.

Para tanto, confrontar-se-ão os componentes do ativo e do passivo financeiros, tanto reais como potenciais.

O ativo e o passivo financeiros reais figuram no Balanço Patrimonial.

Integram o ativo financeiro potencial as parcelas a realizar dos empréstimos autorizados e legalmente vinculados a créditos especiais abertos.

No passivo financeiro potencial, estão compreendidos os créditos especiais transferidos para o exercício seguinte, o produto de operações de crédito não utilizadas na cobertura de autorizações de despesa, bem como os saldos não aplicados das receitas legalmente afetadas.

As parcelas que formam o ativo financeiro potencial perfazem a quantia de Cr\$ 15.746.233.826,20 e assim se especificam:

I - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 1a. série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 10.716, de 27/8/59)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959)	759.000.220,00	
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960)	1.274.438.394,00	
Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961)	<u>1.157.727.733,10</u>	3.191.166.347,10

Suplementares

Abertos em 1964		6.276.385,90
-----------------------	--	--------------

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1959 (v. fls. 34 e 35 do Balanço de 1959)	145.000.000,00
Em 1960 (v. fls. 37 a 39 do Balanço de 1960)	13.463.352,50

Em 1961 (v. fls. 39 e 40 do Balanço de 1961)	40.539,60	
Em 1962 (v. fls. 47 do Balanço de 1962)	2.337.537,50	
Em 1963 (v. pág. 162 do Balanço de 1963)	296.319,10	
Em 1964 (v. pág. 114 do Balanço de 1964)	16.580,00	
Extinção decorrente da Lei Federal 4511/64	<u>0,10</u>	161.154.328,80

Menos:

c) Créditos de 1960, cujo recurso passou, em 1961, para o Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas contratado com o Banco do Brasil S. A.:		
Dec. 11.315, de 7/5/60 ...	25.000.000,00	
Dec. 11.853, de 7/12/60 ...	<u>5.000.000,00</u>	<u>30.000.000,00</u>
		3.006.288.404,20

Menos:

d) Cancelamento de créditos:		
Dec. 17.036, de 22/12/64		<u>6.276.385,90</u>
		3.000.012.018,30

Menos:

e) Produto recebido até 31/12/64		<u>2.853.816.024,50</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>146.195.993,80</u>

II - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 4a. série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 12.465, de 30/6/61)

a) Créditos abertos:		
Especiais		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961)	2.123.125.698,00	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962)	883.538.500,00	
Em 1963 (Dec. 14.707, de 14/1/63)	<u>250.000,00</u>	3.006.914.198,00
Suplementares em 1964		2.993.041,40
b) Crédito de 1961, revigorado em 1962:		
Dec. 12.716, de 18/10/61		<u>1.000.000,00</u>
		3.010.907.239,40

Menos:

c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1961 (v. fls. 40 a 42 do Balanço de 1961)	1.018.186,70	
Em 1962 (v. fls. 47 a 50 do Balanço de 1962)	1.162.812,80	
Em 1963 (v. págs. 162 e 163 do Balanço de 1963)	32.940.153,40	

Em 1964 (v. pág. 114 do Ba-		
lanço de 1964)	3.516.167,80	
Extinção decorrente da Lei		
Federal 4511/64	<u>0,90</u>	<u>38.637.321,60</u>
		2.972.269.917,80
Menos:		
d) Crédito de 1961, ab-rogado em 1962:		
Dec. 12.845, de 23/11/61		<u>7.000.000,00</u>
		2.965.269.917,80
Menos:		
e) Cancelamento de créditos:		
Dec. 17.036, de 22/12/64		<u>2.993.041,40</u>
		2.962.276.876,40
Menos:		
f) Produto recebido até 31/12/64		<u>215.838.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>2.746.438.876,40</u>
III - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado		
- 6a. série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 13.368,		
de 6/4/62)		
a) Créditos abertos:		
Especiais		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do		
Balanço de 1962)	4.382.592.000,00	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167		
do Balanço de 1963)	736.165.000,00	
Em 1964 (v. pág.114 do Ba-		
lanço de 1964)	<u>67.488.864,00</u>	5.186.245.864,00
Suplementares em 1964		42.503.212,90
b) Créditos de 1962, revigorados em 1963:		
Dec. 13.965, de 11/ 8/62 ...	600.000,00	
Dec. 14.172, de 1/10/62 ...	1.000.000,00	
Dec. 14.240, de 22/10/62 ...	668.370,00	
Dec. 14.241, de 22/10/62 ...	<u>1.831.630,00</u>	<u>4.100.000,00</u>
		5.232.849.076,90
Menos:		
c) Saldos de créditos extintos:		
Em 1962 (v. fls. 50 a 56 do		
Balanço de 1962)	11.563.172,40	
Em 1963 (v. págs. 163 a 167		
do Balanço de 1963)	189.011.813,70	
Em 1964 (v. pág.114 do Ba-		
lanço de 1964)	53.774.920,70	
Extinção decorrente da Lei		
Federal 4511/64	<u>0,20</u>	<u>254.349.907,00</u>
		4.978.499.169,90

Menos:

d) Cancelamento de créditos:

Decretos de 1962, ab-rogados em 1963 (v. págs. 163 a 167 do Balanço de 1963)	12.631.000,00	
Dec. 16.919, de 27/10/64 ...	1.000.000,00	
Dec. 17.005, de 12/12/64 ...	1.189.700,00	
Dec. 17.036, de 22/12/64 ...	<u>40.313.512,90</u>	<u>55.134.212,90</u>
		<u>4.923.364.957,00</u>

Menos:

e) Alteração de recursos de créditos de 1962:

Dec. 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613,10</u>
		<u>4.690.696.343,90</u>

Menos:

f) Produto recebido até 31/12/64		<u>1.948.673.810,40</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>2.742.022.533,50</u>

IV - Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado - 8a. série (Lei 3.601, de 1/12/58, e Dec. 14.468, de 10/12/62)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1962 (v. fls. 56 e 57 do Balanço de 1962)	1.303.762.520,00	
Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963)	406.595.818,00	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964)	<u>185.397.000,00</u>	<u>1.895.755.338,00</u>
Suplementares em 1964		20.276.080,00

b) Transferência de recursos:

Dec. 13.590, de 29/5/62		<u>232.668.613,10</u>
		<u>2.148.700.031,10</u>

Menos:

c) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 167 e 168 do Balanço de 1963)	29.003.839,80	
Em 1964 (v. pág. 115 do Balanço de 1964)	37.307.381,40	
Extinção decorrente da Lei Federal 4511/64	<u>0,70</u>	<u>66.311.221,90</u>
		<u>2.082.388.809,20</u>

Menos:

d) Cancelamento de créditos:

Dec. 14.571, de 21/12/62 ...	100.000.000,00	
Dec. 14.596, de 26/12/62 ...	22.820.000,00	
Dec. 16.919, de 27/10/64 ...	1.089.480,00	
Dec. 16.939, de 14/11/64 ...	16.700.000,00	
Dec. 17.036, de 22/12/64 ...	<u>2.486.600,00</u>	<u>143.096.080,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.939.292.729,20</u>

V - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 1a. série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.043, de 29/3/63)

a) Créditos abertos:

Especiais:

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963)	4.950.460.892,20	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964)	<u>49.200.000,00</u>	4.999.660.892,20

Suplementares em 1964		37.001.341,60
-----------------------------	--	---------------

b) Créditos de 1963, revigorados em 1964:

Dec. 15.346, de 26/ 7/63 ...	2.000.000,00	
Dec. 15.643, de 27/ 9/63 ...	4.000.000,00	
Dec. 15.745, de 14/10/63 ...	9.000.000,00	<u>15.000.000,00</u>
		5.051.662.233,80

Menos:

c) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 169 a 174 do Balanço de 1963)	31.187.353,90	
Em 1964 (v. págs. 115 e 116 do Balanço de 1964)	<u>171.688.697,30</u>	<u>202.876.051,20</u>
		4.848.786.182,60

d) Cancelamento de créditos:

Dec. 16.769, de 27/ 8/64 ...	200.000,00	
Dec. 16.919, de 27/10/64 ...	5.300.000,00	
Dec. 17.012, de 15/12/64 ...	12.495.500,00	
Dec. 17.036, de 22/12/64 ...	18.792.341,60	
Dec. 17.045, de 23/12/64 ...	222.000,00	
Dec. 17.062, de 24/12/64 ...	<u>191.500,00</u>	<u>37.201.341,60</u>
		4.811.584.841,00

Menos:

e) Produto recebido até 31/12/64		<u>4.679.849.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>131.735.841,00</u>

VI - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 2a. série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 15.637, de 26/9/63)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	4.982.378.742,90	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Balanço de 1964)	<u>9.500.000,00</u>	4.991.878.742,90

Suplementares em 1964		5.612.681,70
-----------------------------	--	--------------

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1963 (v. págs. 175 a 178 do Balanço de 1963)	3.000.000,00	
Em 1964 (v. págs. 117 a 119 do Balanço de 1964)	<u>354.179.750,50</u>	<u>357.179.750,50</u>
		4.640.311.674,10

Menos:

c) Cancelamento de créditos:

Dec. 16.919, de 27/10/64 ...	73.025,00	
Dec. 17.036, de 22/12/64 ...	<u>5.539.656,70</u>	<u>5.612.681,70</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>4.634.698.992,40</u>

VII - Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos - 3a. série (Lei 4.387, de 6/12/62, e Dec. 16.211, de 28/12/63)

a) Créditos abertos:

Especiais

Em 1963 (v. pág. 179 do Balanço de 1963)	455.260.000,00	
Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964)	<u>1.544.739.888,00</u>	1.999.999.888,00
Suplementares em 1964		28.000.000,00

Menos:

b) Saldos de créditos extintos:

Em 1964 (v. pág. 119 do Balanço de 1964)		<u>94.151.428,10</u>
		1.933.848.459,90

Menos:

c) Cancelamento de créditos:

Dec. 17.036, de 22/12/64		<u>28.000.000,00</u>
Parcela a realizar vinculada		<u>1.905.848.459,90</u>

VIII - Empréstimo em apólices Consolidação de Dívidas Flutuantes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63)

a) Crédito aberto:

Dec. 15.631, de 26/9/63	1.500.000.000,00	
Parcela a realizar vinculada		<u>1.500.000.000,00</u>

Analizados os elementos potenciais ativos, passa-se a expor as parcelas que constituem o passivo financeiro potencial, no total de Cr\$ 26.790.753.900,70.

I - Empréstimo Governo Federal (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual 3.601, de 1/12/58)

a) Produto recebido até 31/12/64	<u>6.904.000.000,00</u>
Saldo dos recursos a utilizar	<u>6.904.000.000,00</u>

II - Empréstimo Unificação e Consolidação de Dívidas contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)		
a) Produto recebido até 31/12/64		<u>745.503.717,10</u>
Saldo dos recursos a utilizar		<u>745.503.717,10</u>
III - Empréstimo Saneamento contratado com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)		
a) Crédito aberto:		
Dec. 13.337, de 22/3/62		300.000.000,00
Menos:		
b) Saldos de créditos extintos:		
Em 1963 (Dec. 13.337, de 22/3/62)		<u>2.837.781,30</u>
Saldo dos recursos a utilizar		<u>297.162.218,70</u>
Produto recebido até 31/12/64		<u>2.837.781,30</u>
		<u>300.000.000,00</u>
IV - Taxa de Transportes		
Recursos vinculados à taxa de transportes, instituída pela Lei 2.737, de 26/11/55:		
a) Realizados no exercício de 1964:		
Vinculados às Prefeituras ..	6.136.657.707,60	
Vinculados aos seguintes órgãos:		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	5.522.991.936,80	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ...	1.840.997.312,20	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns	1.380.747.984,20	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>460.249.328,10</u>	15.341.644.268,90
b) Recursos utilizados e assim distribuídos:		
Prefeituras	5.024.523.200,00	
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	5.362.000.000,00	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais	1.788.000.060,00	
Comissão Estadual de Silos e Armazéns.....	1.341.000.000,00	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>343.260.961,90</u>	<u>13.858.784.221,90</u>
c) Saldo dos recursos a utilizar:		
Vinculados às Prefeituras ..	1.112.134.507,60	
Vinculados aos seguintes órgãos:		
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem ...	160.991.936,80	
Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ...	52.997.252,20	

Comissão Estadual de Silos e Armazéns	39.747.984,20	
Departamento Aeroviário do Estado	<u>116.988.366,20</u>	<u>1.482.860.047,00</u>

V - Taxa de Eletrificação e Comunicações

Recursos vinculados à taxa de eletrificação e comunicações, instituída pela Lei 1.211, de 29/11/50:

a) Realizados no exercício de 1964:

Vinculados ao plano de eletrificação do Estado (90 % da arrecadação)	12.182.473.770,00	
Vinculados ao plano de comunicações do Estado (10 % da arrecadação)	<u>1.353.608.196,30</u>	13.536.081.966,30

b) Recursos utilizados no plano de comunicações:

Comissão Estadual de Comunicações		<u>62.400.235,00</u>
---	--	----------------------

c) Saldo dos recursos a utilizar:

Vinculados ao plano de eletrificação do Estado	12.182.473.770,00	
Vinculados ao plano de comunicações do Estado	<u>1.291.207.961,30</u>	<u>13.473.681.731,30</u>

Os elementos reais positivos e negativos do patrimônio financeiro, acrescidos das parcelas potenciais da mesma natureza, permitem a apuração das deficiências financeiras acumuladas ao término do exercício de 1964, como segue:

Ativo Financeiro

I - Real

a) Disponível	8.781.382.739,00	
b) Realizável	<u>16.997.526.943,00</u>	25.778.909.682,00

II - Potencial

Empréstimos vinculados a créditos especiais abertos:

Empréstimo em apólices II Plano de Obras do Estado (Lei 3.601, de 1/12/58):

1a. série - Dec. 10.716, de 27/8/59	146.195.993,80	
4a. série - Dec. 12.465, de 30/6/61	2.746.438.876,40	
6a. série - Dec. 13.368, de 6/4/62	2.742.022.533,50	
8a. série - Dec. 14.468, de 10/12/62	1.939.292.729,20	

Empréstimo em apólices Programa Preliminar de Investimentos (Lei 4.387, de 6/12/62):

1a. série - Dec. 15.043, de 29/3/63	131.735.841,00	
2a. série - Dec. 15.637, de 26/9/63	4.634.698.992,40	
3a. série - Dec. 16.211, de 28/12/63	1.905.848.459,90	
Empréstimo em apólices Con- solidação de Dívidas Flutuan- tes (Lei 4.426, de 21/12/62, e Dec. 15.630, de 25/9/63) .	<u>1.500.000.000,00</u>	<u>15.746.233.426,20</u>
		<u>41.525.143.108,20</u>

Passivo Financeiro

I - Real

a) Restos a Pagar	20.331.490.614,00	
b) Serviço da Dívida a Pagar .	4.460.540.137,00	
c) Depósitos	1.697.825.519,00	
d) Débitos de Tesouraria	4.143.383.865,00	
e) Diversos	<u>6.095.265.585,00</u>	36.728.505.720,00

II - Potencial

Créditos especiais transferidos para 1965	4.281.870.624,00	
Empréstimo com o Governo Fe- deral (Lei Federal 3.337, de 12/12/57, e Lei Estadual ... 3.601, de 1/12/58)	6.904.000.000,00	
Empréstimo Unificação e Con- solidação de Dívidas com o Banco do Estado do Rio Gran- de do Sul S. A. (Lei 4.387, de 6/12/62)	745.503.717,10	
Saldo a aplicar do Emprésti- mo Saneamento com a Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (Lei 3.601, de 1/12/58)	2.837.781,30	
Saldo a aplicar da taxa de trans- portes arrecadada em 1964 ...	1.482.860.047,00	
Saldo a aplicar da taxa de ele- trificação e comunicações arrecadada em 1964	<u>13.473.681.731,30</u>	<u>26.890.753.900,70</u>
		<u>63.619.259.620,70</u>

Resumo:

Passivo Financeiro	63.619.259.620,70
Ativo Financeiro	<u>41.525.143.108,20</u>
	22.094.116.512,50
Menos:	
Extinção decorrente da Lei Federal 4511/64	J,50
Descoberto financeiro em 31/12/64	<u>22.094.116.512,00</u>

A forma analítica de apuração do descoberto financeiro, já exposta, assim é feita no sentido de permitir o conhecimento detalhado do comportamento, desde sua origem, de cada uma das parcelas que compõe o ativo e passivo financeiro potencial.

Esse descoberto financeiro pode, no entanto, ser apurado de maneira sintética, conjugando-se os fatos supervenientes ocorridos no exercício e o resultado obtido na gestão dos recursos ordinários com o descoberto apurado no último exercício. Esta forma é a que se aplica a seguir:

I - Descoberto acumulado em 1963 23.676.015.642,20

Mais:

a) Parcela não realizada do empréstimo de 1 bilhão de cruzeiros contratado com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., nos termos da Lei 4.387, de 6/12/62	187.871,90	
b) Créditos especiais abertos no exercício de 1963, com recurso de exercícios anteriores	153.070.645,30	
c) Créditos suplementares abertos no exercício de 1964, com recurso de exercícios anteriores	1.220.370.389,60	
d) Cancelamento de créditos ..	15.593.901,50	
e) Inscrição de dívidas	<u>60.619,60</u>	<u>1.389.283.427,90</u>
		25.065.299.070,10

Menos:

f) Créditos especiais com recurso de exercícios anteriores, extintos	1.189.164.522,00	
g) Créditos especiais com recurso de exercícios anteriores, cancelados por redução, ab-rogação ou negativa de registro	337.000.689,60	
h) Créditos especiais com recurso em operações de crédito não computadas como elementos potenciais, extintos	219.348.094,90	
i) Cancelamento de dívidas ...	<u>1.492,30</u>	<u>1.745.514.798,80</u>
Descoberto de 1963, retificado		23.319.784.271,30

II - Superavit de recursos ordinários:

a) Superavit na gestão de recursos ordinários	17.854.086.044,10
---	-------------------

Menos:

b) Créditos especiais com recurso do orçamento de 1964, transferidos para 1965	<u>1.671.876.507,00</u>	<u>16.182.209.537,10</u>
		7.137.574.734,20

III - Saldo das receitas legalmente afetadas, não utilizados		<u>14.956.541.778,30</u>
		22.094.116.512,50

Menos:

a) Extinção decorrente da Lei Federal 4511/64		0,50
Descoberto financeiro em 31/12/64		<u>22.094.116.512,00</u>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento para o exercício econômico-financeiro de 1964 assinalou a adoção, na administração pública do Estado, do orçamento programado, a teor da Lei Estadual nº 4.633, de 9 de dezembro de 1963.

O mesmo diploma determinou, ainda, a alteração da classificação da receita e da despesa, bem como dos padrões a que estava subordinada a apresentação dos resultados gerais do exercício e as respectivas demonstrações.

Estas inovações foram consagradas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatuiu "normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal".

O Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1964, foi estruturado nos termos dos mencionados diplomas legais.

Tal como ocorreu no ano anterior, não procedeu a Contadoria Geral do Estado à incorporação dos resultados de 1964 das administrações centralizada e descentralizada, no Balanço Consolidado da Fazenda Estadual, prevista no artigo 79 da Lei Estadual nº 4.478, de 9 de janeiro de 1963.

Deve-se a falta da elaboração desse documento ao fato de a maior parte das autarquias não terem encaminhado a este Órgão os respectivos Balanços em tempo hábil.

Trata-se, sem dúvida, de grave anomalia que urge seja corrigida, a fim de permitir o levantamento do referido Balanço Consolidado da Fazenda Estadual, peça de relevante importância para o conhecimento do resultado global da gestão econômico-financeira do setor público estadual.

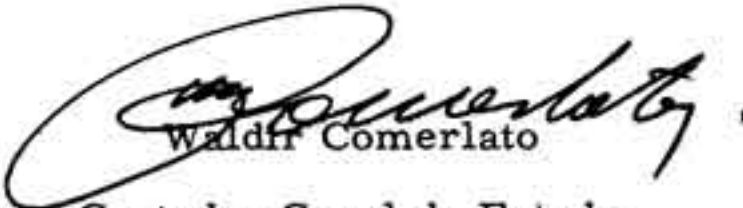
Outrossim, em obediência ao que dispõe a Lei Federal nº 4.511, de 1º de dezembro de 1964, procedeu-se à eliminação das frações de cruzeiro, denominadas centavos, de todas as quantias transferidas para 1965. Nestas condições, o Balanço Patrimonial e os respectivos anexos são apresentados sem as mencionadas frações.

Por motivos de ordem técnica, todavia, foram mantidos os centavos nos demonstrativos relacionados com as operações realizadas no exercício.

Cumprimos, prazerosamente, o dever de ressaltar a capacidade e dedicação dos servidores da Contadoria Geral, de cujo esforço dependeu o levantamento do Balanço, dentro do prazo constitucional, e o preparo da presente exposição.

Ao término destas considerações, seja-nos permitido expressar nosso reconhecimento ao Dr. José Antônio Aranha e ao Eminentíssimo Professor Ruy Cirne Lima, dignos antecessores de Vossa Excelência, pelo apoio e prestígio que dispensaram a este Órgão.

A Vossa Excelência, Senhor Secretário, asseguramos o empenho da Contadoria Geral de colaborar, com tôda a lealdade, para o bom êxito da honrosa e árdua função que lhe foi confiada.



Waldir Comerlato

Contador Geral do Estado